

LINHA

VERMELHA

anticapitalista, antifascista e ecossocialista

20 ANOS DO PSOL: DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA AO ARCABOUÇO FISCAL

ESMAGAR O FASCISMO



Erundina: 90 anos e uma vida dedicada à militância



Faixa de Gaza e a resistência Palestina



Lira continua a impor o orçamento secreto

Índice

Apresentação	5
PSOL 20 anos: da Reforma da Previdência ao Arcabouço Fiscal	6
André Trindade, Berna Menezes, Everton Vieira e Milton Temer	
A esquerda e o novo que tarda a nascer	12
Pedro Amaral e Roberto Amaral	
É uma fraude! Lira continua a impor o orçamento secreto	16
Entrevista com Glauber Braga	
Consenso como arma: lulismo, neoliberalismo e a economia da desmobilização	18
David Deccache	
Um novo espectro ronda o mundo na era da Inteligência Artificial	22
Ricardo Antunes	
Viroses e Emergência Climática: recuperar a tradição do “Socialismo do Esgoto”	26
Débora Camilo e Guilherme Prado	
Venezuela rebeide I	30
Mário Azeredo	
90 anos de vida, mais de 60 anos de militância	34
Luiza Erundina	
“...as pessoas negras têm sido alvo da política eugenista, de aspiração fascista...”	38
Kleber Rosa	
O declínio da Europa em meio às pressões de Trump e da China	40
Carmen Stepan	
As ameaças de Trump ao Canal do Panamá, uma atualização da Doutrina Monroe	44
Olmedo Beluche	
Gaza: O imperialismo não derrotou a resistência Palestina	49
Milton Temer	
Ainda Estamos Aqui: a Ditadura e a Perseguição à Convergência Socialista no Pará	52
Chico Cavalcante	
COP 30 em Belém: medidas efetivas contra a crise climática ou apenas um grande circo verde?	55
Robério Paulino	
AQUECIMENTO GLOBAL: Só uma Política anticapitalista pode salvar a Amazônia	58
Manifesto do Fortalecer o PSOL	
Um laboratório busca nas origens do fascismo elementos para entender a extrema direita atual	63
Marcelo Coelho e Rogério Coelho	

LINHA

VERMELHA

anticapitalista, antifascista e ecossocialista

expediente

Conselho Editorial:

André Trindade, **Andrea** Caldas, **Arlei** Medeiros, **Berna** Menezes, **Débora** Camilo, **Everton** Vieira, **Francisvaldo** Mendes, **Gianfrancesco** Santos, **Guilherme** Prado, **Kléber** Rosa, **Marcela** Carnaúba, **Mário** Azeredo, **Milton** Temer, **Neiva** Lazzarotto, **Pedro** Amaral, **Robério** Paulino, **Rodrigo** Tomazini e **Socorro** Setúbal.

Convidados para esta edição:

Glauber Braga, **Luiza** Erundina, **Roberto** Amaral, **Olmedo** Beluche, **Carmen** Stepan, **David** Deccache, **Francisco** Cavalcanti, **Ricardo** Antunes, **Rogério** Coelho e **Marcelo** Coelho.

Projeto gráfico e editoração:

Alternativa Mídia e Gestão

Tradução:

Bianca Damacena

Foto capa:

Raphael Angelo

apresentação

Linha Vermelha

Linha Vermelha quer refletir sobre a realidade brasileira, latino-americana e mundial com foco na necessidade do socialismo e na denúncia das iniquidades do capitalismo neoliberal. Capitalismo que, em sua fase atual, coloca em risco a existência da própria humanidade. Seguimos acreditando: barbárie não é destino!

A vida é rara. Somos produto de um conjunto de coincidências espetaculares que nos deu essa experiência única neste mundo. Somos marxistas, não acreditamos que nosso futuro esteja escrito nas estrelas e muito menos nas mãos de líderes ou mentes geniais, pois estes também são produto da coletividade e da construção humana em sua relação com o mundo ao redor. O porvir está em nossas mãos. Nas mãos dos trabalhadores que insistem em lutar por outro mundo; está nas greves dos trabalhadores da Amazon, nas revoltas dos indígenas na Bolívia e dos que ocupam a Secretaria de Educação em Belém. Está nas greves da Volkswagen, nas mobilizações argentinas ou na Grécia, na incansável e heroica resistên-

cia palestina, nas rebeliões do Sahel africano, que botaram os colonialistas franceses para correr e muitos outros combates daqueles que não depuseram as armas da “velha” e sempre atual luta de classes.

Linha Vermelha é uma iniciativa da organização Fortalecer o PSOL, que atua no interior do Partido e nos movimentos. Contamos nesta desafiadora tarefa com uma equipe de militantes e companheiros de sonhos. São velhos e novos pensadores, acadêmicos, jornalistas, internacionalistas e militantes de esquerda dedicados a transformar as vidas de nossos povos. São membros do Conselho Editorial e convidados que transformam essas ideias e ideais em algo concreto, como a revista *Linha Vermelha*.

Convidamos você a nos conhecer e fazer parte desta trincheira. A trincheira de uma revista anti-imperialista, anti-capitalista e ecossocialista!

Fevereiro 2025

Cada geração deve descobrir sua missão, cumpri-la ou traí-la.
Frantz Fanon

PSOL 20 anos: da Reforma da Previdência ao Arcabouço Fiscal

Felipe Inuota/psol150.org.br



Berna Menezes

Historiadora, Secretária Geral do PSOL Nacional



Everton Vieira

Professor e membro da Executiva Nacional do PSOL.



André Trindade

Membro do Diretório Nacional do PSOL e coordenador da Agência Alternativa Mídia e Gestão



Milton Temer

Jornalista, ex-deputado, fundador e membro da Direção Nacional do PSOL.

Nosso partido nasceu da maior derrota da esquerda brasileira: o abandono, pelo PT – maior partido deste campo dos últimos 50 anos – da estratégia de enfrentamento ao capital. A Reforma da Previdência, encaminhada pelo governo Lula I, significou esse pacto com setores neoliberais das elites brasileiras. Hoje, o governo Lula III aprofunda a retirada de direitos da classe trabalhadora, atacando a própria Constituição de 88, comprometendo os pisos constitucionais de saúde e

educação, atacando o abono salarial e atingindo os segmentos mais vulneráveis da população brasileira, em sua grande maioria mulheres, negras e mães solo.

O PSOL nestes 20 anos nadou na contramare, mas mantendo um perfil socialista, não sectário, democrático, trabalhando com diferenças e construindo sínteses. Estivemos contrários a qualquer medida contra nossa classe durante os governos petistas e apoiamos as medidas progressivas. Fomos vanguarda na

luta contra o impeachment de Dilma, a Lava Jato e a prisão de Lula. Enfrentamos duramente o governo Bolsonaro e apoiamos Lula nas últimas eleições. Mas, fomos parte daqueles que defenderam candidatura própria no primeiro turno, pois acreditamos ser decisivo para o processo brasileiro, que o PSOL não se confundisse com um partido, como muito sinceramente definiu Zé Dirceu, o PT como “um partido de centro direita com uma política neoliberal”. Foi assim, com muita

firmeza política, que defendemos o nome de Glauber Braga para Presidente da República.

O Partido escolheu outro rumo, não só do apoio desde o primeiro turno, como ser base do governo Lula III. Política que fomos contrários. Defendemos nossa autonomia e independência em relação a esse governo. Seguimos apoiando as medidas progressivas e diferenciação nos ataques à nossa classe, por parte do governo Lula. Seja à Reforma da Previdência, nossa Certidão de Nascimento, ou agora, ao Arcabouço Fiscal, que pune os mais pobres em um país tão rico.

Infelizmente a derrota eleitoral em 2024 confirmou nossos prognósticos. O giro liberal do PT na política econômica nos jogou em uma encruzilhada: seguir uma política neoliberal com verniz popular num caminho sem volta para onde o PT está levando a maioria da esquerda ou resgatar a trajetória do PSOL, combativo, mobilizador e socialista junto com os movimentos sociais, lutando por uma saída anticapitalista, antifascista e ecossocialista?

2025: o ponto de não retorno

As eleições de 2022 foram marcadas por um duro embate ideológico na sociedade, uma polarização brutal e foram vencidas por uma frente bastante ampla. O governo Lula, ao contrário das expectativas de retomada dos investimentos sociais, tem aplicado uma política econômica neoliberal sob a condução do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Mesmo após derrotar as diversas tentativas de golpe, ao invés de apresentar saídas para os traba-

O PSOL nestes 20 anos nadou na contramare, mas mantendo um perfil socialista, não sectário, democrático, trabalhando com diferenças e construindo sínteses

lhadores e o povo o governo segue com foco na austeridade fiscal e na submissão ao mercado financeiro. O que tem desidratado a capacidade do Estado de promover ou, simplesmente, manter políticas públicas que se tornaram marcas dos governos petistas anteriores. O estelionato eleitoral tem como resultado a insatisfação popular, traduzida na queda de popularidade do presidente Lula, ajudando a fortalecer a extrema direita. O governo Lula coloca todo o campo progressista, os movimentos

populares e as organizações de esquerda em risco real.

A ascensão de Jair Bolsonaro, como representação de um polo político neofascista, em 2018, já tinha sido resultado direto do fracasso das políticas econômicas neoliberais dos governos petistas anteriores. A frustração e desilusão com promessas não cumpridas e com a perda de direitos acenderam a desesperança. Um terreno fértil para o neofascismo. O governo Lula tem aprofundado e priorizado a agenda da classe dominante, adotando um arcabouço fiscal que estrangula os investimentos sociais. Isso abre espaço para o discurso populista da extrema direita, que capitaliza o desespero popular e a frustração com a falta de mudanças estruturais.

O ano de 2025 será decisivo. Se o governo não der um giro político e econômico claro, rompendo com a lógica do mercado e fortalecendo um projeto baseado em investimento público, redistribuição de renda e soberania econômica e nacional, que estimule os movimentos sociais em sua defesa e de suas medidas, o caminho para o retorno do bolsonarismo em 2026 estará pavimentado.

O governo precisa decidir se governará para o povo ou se será mais um capítulo da história de capitulações do petismo, agora com o agravante de ser responsabilizado por um retorno da extrema direita que pode vir acompanhado de um fechamento de regime, em um momento em que o neofascismo ganha força internacional. A escolha feita agora definirá não apenas 2026, mas toda uma difícil quadra histórica, que tem seus desafios profundamente agravados pela crise climática.

Diante de um governo que assume a agenda econômica do mercado, promovendo ataques aos direitos da nossa classe, aumentando a insatisfação popular e construindo as condições políticas para fortalecer a extrema direita brasileira, qual é o papel do Partido Socialismo e Liberdade?

A paciência da nossa classe já está se esgotando, exigindo mudanças dessa política de arrocho salarial, ajuste fiscal e carestia em um capitalismo agonizante diante de uma brutal crise social, econômica, política e climática. Nós temos a convicção de que nosso principal inimigo político, nesta quadra histórica, é a corrente neofascista que ganhou audiência de massas no Brasil e em parte significativa do mundo, e que se fortalece com a vitória de Trump, nos EUA.

Fomos vanguarda no combate ao golpe e ao impeachment. Porém, não podemos poupar o governo e o PT de críticas e precisamos apresentar alternativas a este governo de centro-direita, que tem aplicado políticas que acabam por estruturar, organizar e fortalecer setores de extrema direita. Ao mesmo tempo que desmoraliza o conjunto da classe trabalhadora e da esquerda, fazendo derreter sua capilaridade social e a confiança popular em todo o campo progressista.

O PSOL deve conformar um polo social e popular, intelectual e político à esquerda, construindo pressão política permanente sobre o governo para evitar que o descontentamento social seja sequestrado pela extrema direita, como já ocorreu em 2013. A realidade nos cobra

O governo Lula tem aprofundado e priorizado a agenda da classe dominante, adotando um arcabouço fiscal que estrangula os investimentos sociais. Isso abre espaço para o discurso populista da extrema direita, que capitaliza o desespero popular e a frustração com a falta de mudanças estruturais.

posicionamento e, diante de um governo de vitórias simbólicas e derrotas concretas, é necessário escolher: o conforto das boas relações com os palácios ou cumprir as tarefas que a conjuntura nos impõe de forma coerente, combativa e consequente. Por isso defendemos que o PSOL deve sair da base do governo!

Na polarização é preciso ter posição à esquerda e coerente

A maior derrota eleitoral das últimas três décadas não pode ser explicada ou justificada apenas pelas escolhas das candidaturas ou das táticas adotadas em cada município onde os setores progressistas foram

derrotados. A derrota foi um fenômeno nacional, com raras exceções. O impacto da impopularidade de um governo compreendido por amplos setores da população como um governo de esquerda, diante de suas capitulações conscientes na política econômica, desidratou as candidaturas de esquerda. E a direita tradicional e a extrema direita aproveitaram a circunstância - vide as emendas parlamentares Pix de Lira, promovendo o maior índice de reeleição.

Se é verdade que a derrota eleitoral da esquerda foi um fenômeno nacional pelo desgaste das gestões petistas, isso não nos exime de erros importantes em nossa construção, que levaram à ruptura com a traje-

tória de acúmulo que vínhamos tendo. A direção majoritária do partido perdeu sua capacidade de síntese, embruteceu sua cultura de relações internas, abriu mão dos grandes debates e estímulo às mobilizações sociais, para se apegar a ilusões eleitorais, que se frustraram diante de uma realidade que impõe que não há mais espaço para moderações forçadas e traições programáticas. Como consequência aumentou a despolitização da militância, encantada com os espaços de poder institucionais.

Devemos buscar a explicação para os erros nas escolhas táticas e, principalmente, no abandono de um programa antissistema, com estratégia revolucionária da defesa contundente de um projeto que amplie as conquistas dos trabalhadores organizados e da população em geral, como a manutenção do controle público das estatais e dos serviços públicos ou a necessidade da reforma agrária e urbana. Pensar um Brasil do futuro, retomar a unidade Latino-americana e de nossa localização em um mundo convulsionado é o desafio atual.

Era possível fazer diferente? Claro que sim! Dois exemplos foram significativos. A candidatura de Tarcísio no Rio, por exemplo, impediu que o tombo fosse maior. Foi importante não romper com a vanguarda e amplos setores que acompanham nosso partido e não seguiram Marcelo Freixo. Este, infelizmente, foi para o ostracismo que Lula dedica aos que o seguem achando que vão ganhar projeção. A nossa adesão à candidatura de Paes, seria nosso suicídio. Tarcísio manteve nossa trincheira, menor, mas de pé. Outro exemplo importante foi Kléber Rosa, em Sal-

vador. Kléber fez uma campanha pela esquerda, reafirmando nosso programa, enfrentando debates espinhosos como presídios privados, câmeras nos uniformes da polícia e que a violência é um problema social que não se resolve com mais repressão. Lembrando que ele é policial antifascista. Terminou a campanha em segundo lugar, à frente do candidato que Lula estava apoiando. Kleber capitalizou a simpatia do conjunto da esquerda, abrindo, pela primeira vez, a possibilidade de uma nova etapa na construção do Partido na Bahia.

Há também um aspecto dessa derrota difícil de superar: a etapa concreta sob a qual se assenta a compreensão da classe trabalhadora. Diante das reformas da Previdência, a trabalhista, e as terceirizações que pioraram muito a qualidade do emprego formal, a saída para muitos foi a ilusão das alternativas individuais, da uberização, do empreendedorismo

impulsionado por ideias do neoliberalismo. Longe do “revogaço” das medidas de Temer/Bolsonaro, prometido pelo governo. A ideia neoliberal de que a sua pobreza e miséria são responsabilidade sua, reforçada pela teologia da prosperidade, que ganha enraizamento nas periferias do Brasil. Diante desse cenário, os que ainda acreditam na política como ferramenta para melhorar a vida estão polarizados entre uma esquerda que não cumpre as promessas de campanha e a direita. Se a vida não melhora com Bolsonaro, nem com Lula, a conclusão é que a saída não é a política coletiva, mas as iniciativas individuais. Isso explica, em boa medida, o alto índice de abstenção em todo o país.

As prioridades nacionais do PSOL: São Paulo e Belém foram derrotadas!

A adoção da tática generalizada por amplos setores da esquerda

A paciência da nossa classe já está se esgotando, exigindo mudanças dessa política de arrocho salarial, ajuste fiscal e carestia em um capitalismo agonizante diante de uma brutal crise social, econômica, política e climática



Reprodução

brasileira de “parecer com eles” para vencer as eleições, em uma sociedade dividida, extremamente polarizada e disputada de todas as maneiras por forças políticas — desde as igrejas até as universidades, das redes sociais até os locais de trabalho —, abrir mão da identidade, se diluir, esconder seu programa e dissimular posições é se jogar do precipício.

A derrota mais emblemática da esquerda brasileira, nestas eleições, foi na capital econômica do país, a maior cidade da América Latina: São Paulo. Protagonizada por Guilherme Boulos, foi marcada por uma mudança de perfil e de comportamento político e programático. Guilherme abriu o processo defendendo a internação compulsória como uma possibilidade, igualando a resistência palestina aos ataques brutais e violações de direitos humanos protagonizados pelo Estado sionista e genocida de Israel. Boulos baixou a guarda para os setores mais atrasados do empresariado paulista, apontando para privatizações e parcerias público-privadas como solução para alguns problemas.

Escondeu pautas importantes do movimento negro, como a luta anti-proibicionista. Fez pouca ou nenhuma referência à guerra travada pelos conservadores contra a vida das pessoas LGBTQIA+. Atacou o governo venezuelano. Disse que, se necessário, faria reintegração de posse.

Boulos, que dessa vez contou com apoio do PT e do campo progressista desde o primeiro turno, substituiu a aguerrida Luiza Erundina pela reacionária Marta Suplicy, que participou do golpe contra Dilma e compunha o governo do então prefeito de direita, Ricardo Nunes. Era a reprodução da velha política, que tem afastado a juventude e a vanguarda mais séria. Boulos não recuperou dignidade alguma de esquerda, ele enterrou o programa e desanimou a militância. Escondendo o programa, o partido, o compromisso com o socialismo e as bandeiras de esquerda, dissimulou ser o que não era e não cresceu nem 1% dos votos que teve na eleição de 2020, onde saímos com cara própria, foi mais politizada, mais aguerrida e com pelo menos sete vezes menos recursos do que em 2024.

Belém do Pará: ao que serviu Edmilson Rodrigues?

A vitória de Edmilson nas eleições de 2020 empolgou o PSOL. Finalmente, teríamos uma vitrine para aplicar a política do partido e provar que poderíamos também vencer eleições majoritárias. Edmilson tinha um legado de uma gestão popular, defensora da maioria miserável das periferias de Belém. Porém, a decepção de grande parte da base, que confiou em uma alternativa realmente transformadora para a cidade, veio rápido. Seu mandato, longe de ser um modelo de ampliação do poder popular e de políticas de esquerda, falhou até mesmo em representar uma ruptura com as práticas tradicionais. Fez uma gestão marcada pela ausência de medidas concretas voltadas para a melhoria do serviço público; sua incapacidade de enfrentar os interesses do grande capital e a falta de políticas públicas deixaram claro que sua administração não se diferenciou das anteriores em aspectos fundamentais. Além disso, sua relação com movimentos sociais foi marcada por distanciamento e, em alguns casos,

por repressão, o que aumentou o descontentamento de setores da esquerda e a população em geral.

E se eles tivessem ido à esquerda, venceriam as eleições?

É sempre difícil prever, embora seja uma tarefa recorrente de qualquer leninista que tenta construir uma direção consciente do processo político. Os aspectos da realidade nos apontam que, mesmo que a campanha fosse à esquerda, as dificuldades para vencer as eleições em São Paulo e, mais ainda, em Belém seriam gigantescas. Porém, há formas de ser derrotado, e a capitulação ao centro, além da derrota eleitoral, nos impõe uma desmoralização política, nos joga na vala comum dos partidos da ordem e cria desconfiças em toda uma nova geração que tem, até aqui, o PSOL como referência de luta intransigente contra a exploração e a opressão capitalista.

Para onde vai a fração de maioria do PSOL?

A atuação do PTL – campo majoritário – na Comissão Nacional do 8º Congresso do PSOL foi calculada para dominar o Partido e para isso usaram qualquer arma para impedir o equilíbrio de forças que sempre marcou a história do PSOL. Atuaram para derrubar a maior plenária de todo o país que a oposição organizou. A argumentação principal foi ignorada para validar diversas outras plenárias pelo país. A justificativa de que a plenária foi desorganizada e com muita tensão e tumulto, se considerada, teria derubado o 8º Congresso Nacional do

Se é verdade que a derrota eleitoral da esquerda foi um fenômeno nacional pelo desgaste das gestões petistas, isso não nos exime de erros importantes

PSOL diante do infeliz episódio de flagrante violência física.

Esses métodos estão a serviço de uma política.

Um partido mais adaptado à política institucional, menos militante, em que os aparatos e acordos (por cima), via governos e interesses eleitorais, têm determinado a política

partidária psolista. Essa gestão tem sido marcada por ataques aos princípios democráticos da esquerda. Embora o objetivo de expulsar completamente os setores da esquerda das decisões políticas e do aparelho partidário tenha sido derrotado por uma reserva militante que não sucumbiu à lógica golpista de dominação do aparato e destruição de qualquer pensamento divergente.

A democracia no PSOL está sob ataque constante. A proporcionalidade qualificada está em risco permanente. As instâncias deixaram de ter funcionamento orgânico e passaram a ter funcionamento protocolar e, por último, passaram a votar nas instâncias enquanto agrupamentos, retirando todo o processo de busca de acúmulo e síntese nas reuniões. O mesmo acontece com a bancada, outrora nosso cartão de visitas, referência para todo Partido, hoje raramente se reúne. A política de relações com o governo, que impede parte da bancada de ir até às últimas consequências e fazer uma denúncia contundente contra as medidas do governo, faz do PSOL um partido menos útil à classe trabalhadora do que em outros tempos, como afirmou nossa decana Luiza Erundina, na última reunião de bancada do ano passado. Os rompantes autoritários de determinados dirigentes, a perseguição dos que divergem das capitulações econômicas, são sintomas mórbidos de uma direção que tenta submeter um partido com tradição de luta e radicalidade aos seus interesses imediatos e relações com o governo de Frente Amplíssima, mas que enfrenta dificuldades diante da reserva militante e socialista do nosso partido.

A esquerda e o novo que tarda a nascer

“O velho mundo está morrendo; o novo tarda a nascer; nesse lusco-fusco, surgem os monstros.”
Antonio Gramsci



Andre Borges/FEF



Pedro Amaral

Mestre em Relações Internacionais e Doutor em Letras (PUC-Rio)



Roberto Amaral

Escritor, cientista político, ex-ministro da Ciência e Tecnologia

Nada obstante a péssima gestão da crise da Covid-19, nada obstante a retórica extremista (especialistas sempre disseram que é no centro do espectro político que se colhem mais votos), nada obstante haver, no fim das contas, perdido a disputa para Joe Biden, o magnata Donald J. Trump consagrou-se em 2020 como o segundo candidato mais votado

da história das eleições presidenciais dos EUA. Mesmo derrotado, conseguiu ampliar significativamente sua votação, amealhando mais de 74 milhões de votos, contra os quase 63 milhões que conquistara na vitória de 2016.

Mais que isso: a invasão do Capitólio, em janeiro de 2021 (inspiração para a intontona bolsonarista

de janeiro de 2023), mostrou que o bilionário lograra êxito ao fazer do exercício da presidência uma campanha eleitoral permanente e, com um discurso repudiado tanto pelos chamados “liberais” quanto pela direita *mainstream*, transformar boa parte de seus eleitores em seguidores fanáticos, muitos deles dispostos a enfrentar a prisão e até a morte para expressar seu descontentamento com o *establishment* político e defender seu ideal supremacista.

De onde quer que se olhasse, portanto, era possível perceber que a serpente, mesmo sofrendo um revés momentâneo, não estava morta. Pelo contrário, seguia muito viva.

Consagrado por uma vitória inquestionável contra Kamala Harris em 2024, Trump volta à Casa Bran-

ca neste 2025 disposto a fazer História: sua posse foi, provavelmente, o momento de maior expressão do ideário fascista desde a Segunda Guerra Mundial, e desde então sua mais importante conquista política. Houvesse dúvidas quanto a esse caráter, elas teriam sido dissipadas pelas saudações praticadas no evento por Elon Musk, oligarca nascido em um berço de apoiadores do *apartheid* sul-africano, que jamais fez segredo de sua filiação ao nazifascismo.

A extrema direita, hoje, comanda a Roma moderna: um império econômico-territorial em expansão, o maior complexo militar já conhecido, a preeminência ideológica condicionando os valores de grande parte da humanidade.

No discurso, Trump, herdeiro de

uma fortuna multimilionária, defendeu o mito da “meritocracia”; expressiu sua conhecida plataforma racista contra os imigrantes da periferia (filho de uma imigrante escocesa, casado com uma tcheca e depois com uma eslovena, o republicano sabe bem distinguir os “indesejáveis”) e reiterou seu compromisso com a transfobia.

Produto do *establishment*, contra o qual induziu seus eleitores a supor estarem investindo, reiterou seus compromissos com a elite financeira. Mais que isso, o magnata condenado e sentenciado pela Justiça de seu país parece ter ouvido o conselho de Maquiavel (“quando for praticar o mal, faça-o de uma vez só”), também seguido por Adolf Hitler em 1933: Nas dezenas de revogações e ordens executivas que assinou no dia mesmo da posse (algo assim como um pacote anti-humanidade, anti-civilização), o novo presidente se descomprometeu com garantias mínimas de proteção a imigrantes e refugiados (a retomada da separação de famílias na fronteira é um dos itens); retirou os EUA do Acordo de Paris sobre Mudança Climática; reincluiu Cuba na fraudulenta lista de “países apoiadores do terrorismo”; retirou os EUA da Organização Mundial da Saúde; revogou a expansão do *Obamacare*; cancelou regulações trabalhistas; autorizou a exploração mineral em terras indígenas; ampliou o orçamento de defesa dos EUA (bem como a presença militar na Ásia-Pacífico), e por aí foi.

Outrora fiel ao pendor isolacionista dos republicanos (em sua primeira gestão, manteve-se muito aquém do índice de bombardeios

autorizados pelo festejado Barack Obama), Trump agora se mostra mais disposto a condenar o mundo a um conflito bélico numa escala cujas consequências são imprevisíveis. Expressão política de um império em declínio, a plataforma política é o reflexo de um capital disposto a confrontar a massa trabalhadora, revogando as concessões que as lutas sindicais lhe impuseram desde a Revolução Industrial, e de um Estado que, impossibilitado de moldar a ordem mundial, não mais se compromete, sequer na retórica, com o multilateralismo (que tem como pilar a busca da paz).

Aos festejos sombrios não faltaram conhecidas figuras e figurinhas da extrema direita brasileira (uns poucos convidados e outros muitos penetras), pondo em relevo uma subserviência salivante e bovina, digna daquilo que Carl Sagan chamaria de “glorificação da estupidez”. Em “missão oficial”, parlamentares e políticos menores foram a Washington expressar sua adesão irrestrita ao lema-ameaça “*Make America Great Again*”, e não devem ter-se incomodado com o desdém pelo Brasil demonstrado por Trump na coletiva de imprensa. O governador de SP, Tarcísio G. de Freitas, presidenciável segundo o *Estadão* e a *Folha de S. Paulo*, manifestou nas redes seu entusiasmo com a posse do guru (“o governador é um patriota, mas não sabe direito qual é a pátria dele”, escreveu, sagaz, um leitor à *Folha*).

O encontro da alienação com o complexo de vira-lata produz sempre um néscio.

A buliçosa articulação neofascista, que vai muito além do jocoso e do

pitoresco (projeto econômico-militar de hegemonia mundial que é), deve nos alertar para o risco, palpável, de um novo mergulho do nosso país nas trevas do obscurantismo, de que mal escapamos em 2022.

Chegamos, hoje, ao fim da chamada democracia liberal; término da experiência socialdemocrata; vitória do liberalismo associado ao autoritarismo; encerramento da ordem global que se seguiu à queda da URSS. Nesse cenário, desafiadoramente grave sob todos os ângulos, navegamos nós (navega o Brasil e navega o governo), tateando em meio a nevoeiro cerrado, carente o país de um projeto de povo e nação para dizer o que é e o que pretende ser, carente o governo de um programa político, carente a esquerda da noção clara de seu papel, carente o povo de uma luz no horizonte prometendo novos tempos por serem lavrados. Não sabe o governo, não sabemos nós, que país queremos construir, porque a esquerda brasileira, juntando suas limitações próprias às limitações decorrentes da crise do movimento socialista no mundo, desfez-se de suas utopias, e renunciou ao movimento.

Joga na expectativa de que o processo social faça a revolução.

Como todo colonizado ideológico, copiamos o modelo econômico-político de exclusão lucrativa, e assim, hoje, a esquerda, tomando a si o projeto da socialdemocracia vencida, trabalha com afínco na moldagem de um capitalismo suportável. O ponto de partida é ignorar a luta de classe, e compreender a desigualdade social como fenômeno natural. Supondo que assim assegura sua sobrevivência, nosso campo evita o confronto, depois de evitar a batalha ideológica,

A principal e certamente a mais grave das deficiências é a ausência de projeto norteador do que fazer

e opta pela composição, que exige a renúncia a valores e objetivos.

Nosso governo, originário da centro-esquerda, mas condicionado por uma composição eleitoral que lhe impôs um ministério sem definição, mas essencialmente à sua direita e à direita do pronunciamento eleitoral, carece de organicidade, padece nas limitações de comando e coordenação. A indefinição política determina a fragilidade operativa, de que se resente quando não tem condições de responder aos compromissos de campanha.

Perdidas as ilusões da campanha de 1989 e do governo eleito em 2002, o lulismo sonhou com o reformismo, mas nem tanto ou nem tão pouco lhe é concedido, pois a correlação de forças – ditada pelo quadro político-social no qual avançou o atraso, e a fragilidade dos parti-

dos de nosso campo e o recesso do movimento popular – não lhe possibilitou senão o imperativo das alianças com a direita tradicional e com a maioria conservadora do Congresso, sem o qual não pode governar, e para fazê-lo é obrigado a dobrar-se, dependente de maiorias ocasiões compradas a preço de ouro e ao custo de renúncias programáticas.

Em seu labirinto, Lula ainda enfrenta a resistência do grande capital e as instabilidades da quadra internacional, o avanço do neofascismo, o avanço do sionismo expansionista, e agora o novo governo Trump, sublinhando as incertezas e os temores mais justos sobre o desenvolvimento e fecho da disputa pela hegemonia planetária, pondo em confronto irrefreável o imperialismo declinante e a Eurásia.

É em face dessa realidade que o Brasil precisa de forças para definir seu espaço.

Os seguidos tropeços do governo na comunicação são apenas a face mais visível de sua crise, e o primeiro gerador de problemas são as dificuldades da coordenação política, comprometendo a efetividade da ação governamental. A principal e certamente a mais grave das deficiências (quando caminhamos para o terceiro ano do mandato) é a ausência de projeto norteador do que fazer.

À falta de um projeto de país e, dela decorrente, de um projeto de governo, e tomando a correlação de forças como um dado inabalável, uma lei da natureza, estamos condenados a fazer como se nosso fosse o programa dos nossos adversários, a um custo elevadíssimo, seja político ou não: hoje, parlamentares da

amorfa base fisiológica do Congresso são regamente recompensados para aprovar propostas de seu próprio interesse – os quais, obviamente, contrastam com os interesses das grandes massas e dos trabalhadores de um modo geral, os contingentes da população que nossos partidos pretendem representar.

Eis um desarranjo a exigir coragem sem tardança, tanto mais por estarmos às portas de um pleito tão decisivo quanto desafiador (“2026 já começou”, alertou o presidente Lula a seus ministros), e num momento em que a conjuntura internacional se torna mais adversa do que já era. Com olhar no prazo mais longo, precisamos refletir se o papel da esquerda é este que aí está: gerir a economia capitalista, buscando torná-la sustentável, e suportável para a maioria.

Neste mesmo mundo convulso, em que a superpotência dobra sua aposta no belicismo e as ameaças externas se metamorfoseiam, assumindo a forma de guerras híbridas e ataques cibernéticos, o Brasil se dá ao luxo de renunciar a uma política de Defesa. Pior: não tem sequer ministro, eis que o atual não se peja de se apresentar e atuar como porta-voz da caserna – ou, antes, da cúpula retrógrada das chamadas forças armadas do Estado brasileiro, saudosa dos anos de chumbo. São essas forças brancalônicas que nos brindam, hoje, com o plano de uma “grande ação militar” nas proximidades da fronteira com a Venezuela, ideia de jerico ventilada na imprensa e ainda aguardando desmentido.

Tudo isso desloca do centro a questão fundamental, que o governo parece ainda não ter apetite para

enfrentar: a definição do que entendemos como soberania e defesa estratégica, de que forças armadas carece o Estado brasileiro, e de que soldado necessitam essas forças. A escolha e permanência do atual ministro mostram que o governo não está atento a esses requisitos. O fato objetivo é que a democracia perdeu mais uma oportunidade histórica de intervir em questão tão crucial para a construção de uma sociedade livre e soberana.

Na Economia, o governo foi engolfado ou se deixou engolfar pela cantilena ideológica do ajuste fiscal, e assim se deixou imolar e por um austericídio ideológico e frontalmente contrário ao programa eleito nas urnas de 2022, reproduzindo

[O governo] se deixou imolar e por um austericídio ideológico e frontalmente contrário ao programa eleito nas urnas

os mitos mais desgastados de que se valem os operadores da ciranda financeira, como o da “fada da confiança” (basta o governo fazer um ajuste fiscal rigoroso, demonstrando a sustentabilidade da dívida pública, para os investidores, confiantes, despejarem investimentos, fazendo o país crescer) e a “analogia da dona de casa” (o governo não pode gastar mais do que arrecada). O ministro da Fazenda pede “empenho coletivo para recuperar o superávit primário” e amaldiçoa como herança maldita os gastos sociais exigidos pelo campo democrático (como sejam o Novo Fundeb, o auxílio emergencial e os reajustes do Bolsa Família).

Vencedores nas urnas, seguimos, contudo, comprometidos com o ideário liberal do campo adversário, elitista por definição, e com a manutenção de uma autoridade monetária que, no contrapelo dos interesses do país, simplesmente decide os destinos da economia reproduzindo o ditado do sistema financeiro. Nesse quadro, dá-se este contraste inquietante: enquanto a extrema direita, mesmo quando erra (em seus próprios termos), mantém diálogo estreito com sua base, a esquerda institucionalizada permanece alienada de sua base mesmo quando acerta.

Os neofascistas têm um projeto já pronto, bastando decalcá-lo de sua matriz ideológico-política, com as adaptações devidas. A esquerda precisa, antes tarde do que muito tarde, implementar um projeto de avanço que a sociedade reconheça como seu. Projeto que tem de estar assentado no crescimento econômico sustentável, com distribuição e redistribuição de renda.

O tempo urge.

É uma fraude! Lira continua a impor o orçamento secreto.

Glauber Braga
Deputado Federal
pelo PSOL/RJ

Deputado Glauber, você ingressou com um mandado de segurança no STF sobre a falta de transparência na destinação dos R\$ 4,2 bilhões em emendas. Poderia detalhar quais aspectos específicos do processo de alocação de recursos você considera mais graves e em que medida violam a Constituição?

O mandado de segurança teve um objeto específico. O não respeito por parte de Arthur Lira de decisões do STF que exigiam transparência e o desrespeito também da legislação sobre emendas que tinha sido aprovada pela própria Câmara. Ele desmarcou as comissões na última semana pra evitar a decisão

Glauber Braga | Deputado Federal PSOL/RJ

dos colegiados sobre a destinação dos recursos e fez uma articulação mandando um ofício pro governo assinado por líderes pra dizer que verbas deveriam ser liberadas. Na prática ele substituiu as emendas de relator por esse documento assinado por líderes partidários. É uma fraude, já que na prática é a continuidade do orçamento secreto em outros termos, e é também uma tentativa de intimidação ao ministro Flávio Dino. Ele imaginou que o conjunto dessas assinaturas geraria uma pressão política irresistível pra manter a fraude.

Você mencionou a ausência de consulta às comissões temáticas do Congresso no processo de destinação das emendas. Qual é a importância dessas comissões que respeita à transparência e a legalidade orçamentária, e como isso impacta a credibilidade das duas Casas?

Se são emendas de comissão, o mínimo é que sejam discutidas pelas comissões. Isso é o básico do básico. É mais um elemento a desmoralizar a credibilidade de um congresso que tem sido marcado pelas arbitrariedades de Arthur Lira.

Alguns parlamentares argumentam que o bloqueio das emendas durante o recesso legislativo, e em meio à transição de lideranças no Congresso, é uma forma de interferência política. Como você responde a essas críticas e quais são as implicações desse cenário para a democracia?

Não tem interferência política nenhuma. O que tem é uma fraude escancarada e a partir daí uma soli-

citação de que decisões anteriores por transparência sejam respeitadas. Se de fato o inquérito que foi aberto pra apurar essa fraude for a fundo a responsabilização será inevitável. Essa farra com emendas parlamentares sem transparência tem que acabar.

Considerando sua atuação combativa no enfrentamento de irregularidades e sua defesa pela rastreabilidade no uso de recursos públicos, quais ações você acredita serem essenciais para garantir que emendas parlamentares sejam utilizadas de forma ética e em benefício de quem mais necessita?

Olha só, hoje o executivo tem aproximadamente 200 bilhões de recursos livres pra investimentos e novos projetos. O legislativo indica

Precisamos derrotar a extrema direita no Brasil, ainda mais depois da vitória de Trump, e isso se faz com mobilização a quente

em torno de 50 bilhões em emendas. Isso é uma captura do orçamento público pra fins muitas vezes inconfessáveis. A melhor forma de garantir a aplicação dos recursos públicos da forma correta é envolvendo a população. Imaginem se esses 250 bilhões fossem definidos a partir de um projeto nacional de escuta e participação? O poder de figuras como Lira ficaria abalado. Pra isso tem que ter pressão nossa pra que essa proposta, que chegou a ser defendida na campanha, seja colocada em prática pelo governo.

Você considera que o alto índice de reeleição de prefeitos, no último processo eleitoral tem relação com o alto volume de emendas parlamentares?

Tem relação sim. A máquina do orçamento secreto favorece a reeleição de prefeitos que já estão no poder e apoiam os parlamentares que estão no esquema. Um outro aspecto que gostaria de registrar é a leniência com que determinados setores têm em relação a essa prática. Justificam o que é feito com o orçamento público por uma necessidade de se ter maioria parlamentar pra aprovar os projetos de arrocho enviados pelo executivo e cobrados pelo mercado. O fato é: precisamos derrotar a extrema direita no Brasil, ainda mais depois da vitória de Trump, e isso se faz com mobilização a quente. Ou enfrentamos o consórcio fascismo/neoliberalismo/centrão ou depois não vai adiantar chorar o leite derramado. Ou a esquerda se mobiliza com o povo, inclusive pra definir a destinação dos recursos públicos, ou iremos cair no buraco que já está na frente do nosso nariz.

O consenso como arma: lulismo, neoliberalismo e a economia da desmobilização



David Deccache

Doutor em Economia pela UnB e Assessor Técnico na Câmara dos Deputados

A disputa sobre a caracterização da essência do lulismo não é apenas um debate teórico, mas uma batalha ideológica com impactos diretos na formulação tática de partidos e organizações de esquerda. No governo Lula 3, que atinge a metade de seu mandato, essas discussões ganham novo fôlego, organizando-se em torno de três caracterizações principais: duas que negam o caráter neoliberal do governo e uma terceira que o desnuda como essencialmente neoliberal. A primeira interpretação enxerga o lulismo como um projeto social-desenvolvimentista, enquanto a segunda o vê como um refor-

mismo fraco que, embora obstrua transformações mais profundas, colocaria um freio no avanço neoliberal. Já a terceira, conectada à realidade concreta, expõe o lulismo como uma expressão de neoliberalismo progressista ou social-liberalismo, uma variante ideológica do neoliberalismo que mascara a exploração com um verniz inclusivo.

Na primeira caracterização, o lulismo seria movido pela elevação da renda dos mais pobres, por meio de políticas como a valorização do salário mínimo, a ampliação de transferências de renda e a expansão de serviços públicos, além de ser des-

crito como keynesiano e comprometido com o crescimento, a redução das desigualdades e o combate ao subdesenvolvimento.

No entanto, essa interpretação, quando confrontada pela realidade concreta do governo Lula 3, que adota políticas abertamente neoliberais, transfere os limites estruturais da política econômica para fatores externos, como a correlação de forças no Congresso ou a atuação de Campos Neto no Banco Central. Essa perspectiva, ao deslocar a responsabilidade para pressões externas, absolve o lulismo de suas escolhas estruturais e apresenta os retrocessos como inevitáveis. Ao negar qualquer caráter neoliberal ao projeto, essa narrativa opera como ferramenta ideológica que protege o governo de críticas à sua essência, ao mesmo tempo em que desmobi-

David Deccache

liza a classe trabalhadora.

A prática concreta, porém, desmente essa visão idealista. O governo Lula 3 tem sido protagonista de ataques estruturais contra a classe trabalhadora, como as ofensivas contra o salário mínimo, o abono salarial e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), enviadas diretamente ao Congresso. Para garantir apoio, recorreu a práticas condenáveis, como a liberação de 4,2 bilhões em emendas do orçamento secreto. Apesar disso, a resistência popular conseguiu barrar parcialmente alguns desses ataques, demonstrando que a luta de classes permanece como força viva. Essa contradição desmascara a primeira caracterização como uma construção propagandística que encobre a realidade de um projeto que, longe de enfrentar o neoliberalismo, o reforça, legitimando a exploração com discursos de progresso social.

Uma segunda caracterização – de certa forma aderente à caracterização de André Singer sobre os sentidos do lulismo – possui maior seriedade e honestidade com o debate, mas, ao mesmo tempo, tem se revelado limitada e meramente conjuntural diante dos governos Dilma 2 e Lula 3. Essa abordagem descreve mais um momento do lulismo do que sua essência, considerando que a natureza e o compromisso do lulismo residem na busca pela redução das desigualdades e no combate à pobreza, porém sem enfrentar ou alterar as estruturas da ordem capitalista. Em outras palavras, trata-se de reduzir desigualdades dentro dos limites impostos pela própria ordem.

Nesse sentido, o lulismo manteria elementos da macroeconomia neo-

liberal como concessão ao capital e instrumento de manutenção da ordem, mas, ao mesmo tempo, incluiria elementos que impõem um freio ao neoliberalismo e promovem políticas de combate à pobreza, voltadas especialmente à base de apoio do lulismo, composta por trabalhadores que ganham até dois salários mínimos. Essa caracterização também nega que o lulismo tenha um caráter fundamentalmente neoliberal, sustentando que as políticas de redução de

desigualdades promovidas em seus governos são incompatíveis com um neoliberalismo puro, que favorece o aumento das desigualdades.

Portanto, diante do primeiro obstáculo estabelecido pela ordem, o lulismo recua. A intenção de reduzir desigualdades existe, mas, ao se chocar com o objetivo de evitar confrontos e preservar a ordem, recua. Assim, a essência do lulismo está em buscar a redução das desigualdades dentro dos limites permitidos, mas sempre esbarrando na manutenção da ordem como uma restrição.

Nesta linha, para André Singer, o lulismo é um modelo de mudança dentro da ordem. Como ele argumenta em seu livro *Os Sentidos do Lulismo* (2012), referindo-se aos dois primeiros governos Lula: “*A opção de Lula pelos mais pobres revelaria não ser correta a avaliação que vê um ‘caráter completamente neoliberal do seu governo’, pois uma das características do neoliberalismo é favorecer o aumento da desigualdade.*”

Por outro lado, os governos Dilma 2 e Lula 3 evidenciam os limites dessa interpretação. Especialmente no governo Lula 3, como veremos, foi imposta uma estrutura de política econômica de ataque permanente aos mais pobres que recebem até 2 salários mínimos e de restrição severa dos investimentos públicos. Portanto, a caracterização mais correta do lulismo, então, é de um neoliberalismo progressista no sentido de Nancy Fraser, ou da variante ideológica do neoliberalismo chamada de social-liberalismo, onde promove-se um sincretismo entre o mercado e o Estado, apenas imaginariamente capaz de instaurar a justiça social. O neoliberalismo progressista dá centralidade às ideias

Negar qualquer caráter neoliberal do Lula 3, protege o governo de críticas à sua essência, ao mesmo tempo em que desmobiliza a classe trabalhadora

de “diversidade”, “empoderamento” das mulheres, direitos LGBTQ, pós-racialismo, multiculturalismo e ambientalismo, mas sempre subordinando essas bandeiras à lógica do mercado.

Tanto nas caracterizações de neoliberalismo progressista quanto na de social-liberalismo, as bandeiras históricas da esquerda socialista são cooptadas e esvaziadas para construir um consenso que serve exclusivamente aos interesses das classes dominantes. O governo Lula 3 exemplifica essa lógica ao mobilizar um discurso de combate à pobreza como justificativa para políticas que, na prática, aprofundam desigualdades e fragilizam ainda mais a classe trabalhadora. A direção da política econômica adotada pelo governo em 2023 e 2024 confirma, de forma inequívoca, essa caracterização, consolidando o lulismo como gestor de um sistema que perpetua a exploração sob a fachada de progresso social.

No governo Lula 3, a direção estrutural do projeto econômico é, justamente, de ampliação da desigualdade no médio e longo prazo, com consequências devastadoras para os que ganham até dois salários mínimos. Aqui cabe um parêntese inicial: alguns podem alegar que os dados do governo Lula 3 mostram crescimento muito acima do esperado pelo mercado, queda do desemprego e ampliação da massa salarial, o que, segundo essa lógica, provaria que o governo não seria neoliberal. No entanto, uma análise cuidadosa revela que tais argumentos não se sustentam. Por exemplo, o desemprego começou a cair de forma significativa ainda no semestre encerrado em março de 2021, durante o

governo Bolsonaro, período em que foi reduzido de 14,9% para 7,9%, entre março de 2021 e dezembro de 2022 – uma queda de sete pontos percentuais. No governo Lula 3, o desemprego caiu de 7,9% para 6,1%, uma redução de apenas 1,8 pontos percentuais. Da mesma forma, o crescimento econômico tem estado acima dos 3% desde 2021, contrariando as expectativas pessimistas do mercado.

O lulismo, em sua essência, é um projeto neoliberal com aparência progressista, útil para conquistar o consenso da classe trabalhadora e legitimar políticas que favorecem o capital

Se esses dados conjunturais fossem suficientes para caracterizar o governo Lula 3 como não neoliberal, seria igualmente necessário concluir, de forma absurda, que o governo Bolsonaro também não foi neoliberal – algo que é evidentemente insustentável. Esses indicadores conjunturais encontram explicação em uma política fiscal expansionista implementada no pós-pandemia, um recuo tático do capital para salvar a si mesmo em meio à crise. É nesse contexto que se insere a tarefa do governo Lula 3: reverter essa trajetória fiscal expansionista e esfriar a economia, objetivo central do Novo Arcabouço Fiscal (NAF). Essa intenção é explicitamente declarada pelo próprio governo em diversas ocasiões. Como ocorre historicamente, nas crises, o capital recorre ao Estado keynesiano para se salvar; quando a normalidade é restabelecida, a austeridade volta a ser a regra. O governo Lula 3, portanto, opera dentro dessa lógica, e os dados de crescimento e emprego não indicam uma ruptura com o neoliberalismo, mas sua continuidade, adaptada à conjuntura.

Um breve balanço do governo de transição, iniciado após a eleição de 2022, e dos anos de 2023 e 2024 evidencia a direção desse projeto econômico. Durante o período de transição em 2022, a equipe econômica enviou ao Congresso uma minuta da chamada PEC de Transição, mantendo o teto de gastos instituído por Temer. A proposta ajustava o patamar de despesas para 170 bilhões adicionais em 2023, mas previa o retorno integral ao teto original nos anos seguintes e a permanência do congelamento dos pisos

David Deccache

da saúde e educação.

Contudo, essa lógica foi revisada no Congresso, que aprovou uma PEC mais à esquerda que a enviada pela equipe econômica do governo Lula 3, autorizando o furo de 2023 e determinando a substituição integral do teto de Temer com a apresentação de uma nova regra fiscal em 2023. Diante dessa oportunidade, o governo enviou ao Congresso o projeto que instituiu o Novo Arcabouço Fiscal, ou Regime Fiscal Sustentável – essencialmente uma renovação da lógica do teto de gastos, ainda que levemente mais flexível. O NAF permite a expansão de despesas primárias em até 2,5% acima da inflação, com um limite de 70% do crescimento da receita, portanto foi deliberadamente desenhado para criar uma incompatibilidade matemática com despesas sociais indexadas e protegidas, como os pisos da saúde e educação, e com a valorização real do salário mínimo, caso esta ultrapasse os limites do novo teto. Essa lógica foi intencionalmente criada para gerar crises orçamentárias e pressões que justificassem futuras reformas destinadas a enfraquecer essas áreas.

Em 2024, a primeira etapa desses ataques se manifestou com o pacote de austeridade fiscal apresentado pelo governo. Entre as medidas aprovadas pelo Congresso estavam a imposição de um teto de 2,5% para o crescimento real do salário mínimo, o enfraquecimento do Fundeb, cortes no abono salarial e uma tentativa de restringir drasticamente o acesso ao BPC. Apesar de, em 2023, o governo ter anunciado o retorno da política de valoriza-



Shutterstock

ção do salário mínimo atrelada ao crescimento do PIB, essa política foi rapidamente revertida no pacote de austeridade. O novo teto para o salário mínimo trava o crescimento real, contribuindo para a manutenção da desigualdade social e favorecendo os interesses do capital na relação com o trabalho. Em relação ao abono salarial, o governo retirou o benefício daqueles que recebem entre 1,5 e 2 salários mínimos. O Fundeb também foi alvo de ataques, mas sofreu uma mitigação de danos no Congresso, que aprovou cortes menos drásticos do que os originalmente propostos pelo governo. O BPC foi outro ponto central do ataque: na proposta inicial, milhares de famílias em situação de extrema pobreza que tivessem uma pessoa idosa e outra com deficiência, por exemplo, perderiam um dos benefícios, e muitas pessoas com deficiência seriam excluídas do programa.

Além da gravidade das medidas, o governo utilizou propaganda oficial e fake news para mascarar os ataques, alegando, falsamente, que o pacote se tratava apenas de um

“pente-fino” para combater fraudes. Essa narrativa criminalizou as famílias que perderiam benefícios pela mudança de regras, uma estratégia tipicamente neoliberal de justificar cortes sob o pretexto de eficiência fiscal. Mesmo pagando 4,2 bilhões em emendas para o Congresso e recorrendo a desinformação, o governo enfrentou derrotas parciais graças à pressão popular e à luta da classe trabalhadora, que conseguiu barrar os ataques mais severos ao BPC. Esses episódios revelam a lógica estrutural do governo Lula 3 e reforçam sua caracterização como um projeto de continuidade do neoliberalismo, com um verniz progressista que mascara os retrocessos impostos à classe trabalhadora.

O balanço das três caracterizações revela que o lulismo, em sua essência, é um projeto neoliberal com aparência progressista, útil para conquistar o consenso da classe trabalhadora e legitimar políticas que favorecem o capital e prejudicam os trabalhadores. Funciona como máquina de desmobilização para preservar a ordem capitalista pelo consenso, com a extrema direita como plano alternativo das elites caso esse consenso fracasse. Enquanto a primeira caracterização desmorona diante da realidade concreta, a segunda falha ao ignorar que o governo Lula 3 não apenas recua, mas aprofunda desigualdades e desmantela proteções sociais. A terceira, do neoliberalismo progressista, explica como o lulismo combina discursos inclusivos com práticas que reforçam a exploração e a desigualdade.

Um novo espectro ronda o mundo na era da Inteligência Artificial



Ricardo Antunes

Ricardo Antunes – sociólogo, professor da Unicamp e um dos fundadores do PSOL.

O mundo do trabalho vivencia sua fase mais aguda, desde a gênese do capitalismo. Mergulhados em uma profunda crise estrutural,

quadro que se desenvolveu a partir de 1973, quando a trípole

que pode ser assim resumida. O sistema de capital não mais consegue acumular sem destruir. Com as fronteiras terrestres já sob seu domínio, adentramos na era da acumulação do espaço sideral.

quadro que se desenvolveu a partir de 1973, quando a trípole

Ricardo Antunes

destrutiva – financeirização, neoliberalismo e reestruturação do capital – deu impulso para que as tecnologias de informatização invadissem o mundo da produção na indústria e, em seguida, nos serviços que foram privatizados e se converteram em excepcionais laboratórios de expansão dos capitais, potencializados pelos algoritmos, Inteligência Artificial (IA), Big Data etc. O *moinho satânico*, cunhado por Karl Polanyi, chegava à era cibernética.

No mundo do trabalho vimos a explosão do desemprego, sempre mais exacerbado no Sul Global, agravada em 2008/9 e intensificada com a inesperada eclosão da pandemia.

O advento da nova aberração

Essa realidade, além de jogar nas alturas o desemprego, levou as grandes corporações a terem um novo *leitmotiv*. Com o toyotismo japonês, conhecemos a expansão ilimitada da *terceirização*, que nos trouxe ao *trabalho intermitente*, legalizado no Brasil com a Contrarreforma Trabalhista de Temer, em 2017, logo depois do Golpe que depôs Dilma Rousseff.

E foi assim que chegamos ao *trabalho uberizado*, aquele que se expande nas grandes plataformas digitais, articulando, com *indiscreto charme*, os inventos digitais e algorítmicos, com a força de trabalho desempregada e ávida por qualquer *labor*. O Brasil, com uma taxa de informalidade entre 30 e 40%, foi solo fértil para essa empreitada.

Mas urgia ainda encontrar uma denominação para dar vida à nova empulhação, de modo a burlar a le-

O sistema de capital não mais consegue acumular sem destruir.

gislação do trabalho. O reconhecimento da condição de *assalariamento*, por si só, obrigaria o cumprimento da legislação social que, vale recordar, foi resultado de lutas históricas da classe trabalhadora.

No Brasil, a primeira greve foi dos Ganhadores, trabalhadores negros que, em 1857 em Salvador, paralisaram o carregamento de mercadorias e pessoas e exigiram a extinção de opressões que tipificavam a escravidão. Ou a Greve Geral de 1917, em São Paulo, que paralisou diversas categorias do operariado industrial, na luta por direitos básicos do trabalho.

Pois bem, em pleno século XXI, na era da explosão das tecnologias digitais que poderiam reduzir expressivamente a jornada de traba-

lho, as empresas forjaram “novas” modalidades de trabalhos, com um condicionante inquestionável: a cabal recusa em cumprir a regulamentação do trabalho.

Apresentando-se como “empresas prestadoras de serviços e de tecnologia”, com o estrito objetivo de obliterar a condição real de *assalariamento*, o trabalho uberizado deslançou. Foi assim que as grandes plataformas digitais “redefiniram” a condição de assalariamento, milagrosamente convertido em (falso) *empreendedorismo*.

Um *aparente paradoxo* aflorou: em plena era dos algoritmos, IA, CHAT-GPT, Big Data etc., o capitalismo do século XXI vem recuperando formas pretéritas de *exploração*, *expropriação* e *espoliação* do trabalho que foram vigentes nos séculos XVIII e XIX.

O *crowdsourcing*, por exemplo, tão cultuado hoje, é a variante digital e algorítmica do velho *outsourcing*, vigente durante parte da Revolução Industrial, onde homens, mulheres e crianças trabalhavam em suas casas ou em espaços fora das fábricas, desprovidos de qualquer legislação do trabalho. Nos defrontamos, então, atualmente, com um *novo espectro* rondando o mundo do trabalho: a *epidemia da uberização*.

Mas não parou aí o tamanho do problema. Um outro movimento tornou o trabalho ainda mais vulnerável: o advento da Indústria 4.0, que foi criada para potencializar a automação, digitalização, a *internet das coisas* (IoT) e a IA. Seu objetivo precípua: reduzir trabalho humano, introduzindo mais máquinas digitais, robôs, ChatGPT etc., que passaram a se esparramar nas novas cadeias produtivas de (mais)valor.

O que estamos vendo hoje, com a

IA calibrada pelos capitais financeiros, já apresenta resultados catastróficos para a classe trabalhadora. Se sabemos que a tecnologia floresceu junto com o primeiro microcosmo familiar, é imperioso reconhecer que a tecnologia atual está sendo prioritariamente plasmática pelo sistema do capital, que só pensa naquilo: na sua valorização. O resto é pura balela. Ou alguém conhece uma grande corporação global que ampliou a IA, reduziu significativamente a jornada de trabalho e ainda aumentou substancialmente o salário dos trabalhadores/as?

Atam-se, então, as duas pontas do mesmo processo destrutivo em relação ao trabalho: ao mesmo tempo em que a Indústria 4.0 elimina uma miríade de atividades laborativas, as grandes plataformas digitais incorporam essa força sobrando de trabalho em condições que remetem à protoforma do capitalismo.

O que estamos vendo hoje, com a IA calibrada pelos capitais financeiros, já apresenta resultados catastróficos para a classe trabalhadora.

O Brasil no meio do furacão

Lula ganhou as eleições de outubro de 2022, depois de um embate eleitoral árduo. Nos subterrâneos, gestava-se um plano golpista – o “punhal verde e amarelo” – urdido pelos neofascistas. Mas Lula sagrou-se vitorioso, vale reiterar, pelo voto majoritário da classe trabalhadora.

Dentre as propostas que defendeu em sua campanha, uma é essencial: vencendo as eleições, ele revogaria a (Contra)Reforma Trabalhista de Temer. Aquela que nos herdou o trabalho intermitente; a prevalência do negociado sobre o legislado; o desmonte sindical; a forte retração da Justiça do Trabalho; a perda de direitos das mulheres trabalhadoras etc. Sem falar da “Lei da Terceirização”, que eliminou a diferença entre atividade meio e fim e assim propiciou a liberação geral da terceirização.

Será que Lula esqueceu dessa proposta?

O que pode explicar o PLP 12/2024, apresentado pelo governo, em abril deste ano que, em seu artigo 3º afirma: “o trabalhador que preste o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículo automotor de quatro rodas [...] será considerado, para fins trabalhistas, trabalhador autônomo”.

Autônomo? Como assim? Desconsiderando as pesquisas acadêmicas sérias, feitas sem recurso financeiro das plataformas? Desconhecendo a (limitada) Diretiva da União Europeia, recém aprovada pelos 27 Estados-membros da região, que, entretanto, parte da presunção do vínculo empregatício e indica também a necessidade de controlar os algoritmos, programados para beneficiar exclusivamente as grandes plataformas.

Se esse PLP do Lula for aprovado, uma enorme parcela da classe trabalhadora será excluída da legislação do trabalho. Não terá férias, nem 13º salário, descanso semanal, FGTS, nenhum direito para as mulheres e ainda verá liberada uma jornada (ilegal) de até 12 horas por dia, por plataforma. Se for aprovada, a porteira vai se escancarar de vez... E a conta vai sobrar para a história do Lula.

Mas há algo novo no cenário social. Se as eleições municipais desse ano estão entre as mais negativas da história recente, ao menos ofereceram um lampejo crucial, ao tematizar vivamente a questão da jornada de trabalho (escala 6X1). Tema que tem sido tergiversado até mesmo pelas esquerdas dominantes, que se curvam às benesses do embuste do falso empreendedorismo.

Daí a louvável exceção de um jo-

Ricardo Antunes

vem trabalhador do comércio no RJ, que fez sua campanha, pelo PSOL, centrada na jornada de trabalho, apontando para a exploração do trabalho presente na escala 6x1. Ao tornar este tema eixo de sua campanha eleitoral, questões vitais foram afrontadas: tempo extenuante de trabalho, intensidade da exploração, que impede que essa geração de trabalhadores/as possa dispor de um mínimo de vida dotada de sentido *fora do trabalho*.

A alternativa: a jornada 4X3, quatro dias de labuta dura, e três de descanso, então, emplacou em cheio. Enquanto outros, aqui e alhures, mostravam-se maravilhados com o falso empreendedorismo. E, ao aflorar uma das questões mais vitais do mundo do trabalho, jogou para o debate público uma real da tragédia cotidiana do trabalho.

Trabalhar, trabalhar, sem chance de estudar, sociabilizar, descansar, sem a possibilidade de viver um tempo maior fora da exaustão do trabalho. Isso porque a jornada 6x1 significa laborar em geral, 5 dias de trabalho, com 8 horas cada, mais um dia de ao menos 4 horas, para totalizar 44 horas semanais (que é

A jornada 4X3, quatro dias de labuta dura, e três de descanso, então, emplacou em cheio.



a jornada legal no Brasil). Que frequentemente se converte em 48 horas, especialmente nos serviços do comércio, hotelaria, bares, restaurantes, shoppings, etc., onde a burla é muito frequente e muitos sindicatos carecem de força social ou ter perfil mais patronal. Sem esquecer as jornadas ilimitadas presentes no trabalho motoristas e entregadores uberizados, cuja jornada frequentemente é 7x0.

Uma nota final

Nestes tempos de trabalho digital, algoritmos, IA e assemelhados, está surgindo um *novo espectro* que ronda o mundo do trabalho. Trata-se do *espectro da uberização*. Como impedir essa tragédia?

Esse é o maior desafio da *classe-que-vive-do-trabalho*. E há um elemento novo e quase sempre desconsiderado no cenário social global: ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora se mostra ainda mais *heterogênea* em seu mosaico laborativo, está em curso também uma forte de *homogeneização* em suas condições de trabalho, uma vez que a *precarização estrutural do trabalho* é uma tendência global, diminuindo em alguma medida as diferenças entre Norte e Sul. Basta pensar no trabalho imigrante global.

Fonte, portanto, de novas ações e lutas da classe trabalhadora, base social imprescindível para que se possa reinventar um *novo modo de vida*.

***Esse artigo foi originalmente publicado pela Revista Carta Capital, que gentilmente cedeu para publicação, com acréscimos do autor.**

Viroses e Emergência Climática: recuperar a tradição do “Socialismo do Esgoto”

“Quero ver um novo mundo criado. Ele deve crescer a partir do antigo de acordo com sua força e habilidade, livre da escória e dos grilhões do capitalismo. Este novo mundo requer novas instituições — escolas, parques, oficinas [...] Quando aprendemos a traduzir nosso poder em vida, vivendo e vivendo melhor, estaremos a caminho do novo mundo”

Emil Seidel, primeiro “Socialista do Esgoto” a ser prefeito de uma capital nos EUA



Débora Camilo

Mulher negra, mãe e avó solo, dirigente do PSOL, advogada popular e a vereadora mais votada da cidade de Santos.



Guilherme Prado

Coordernador da Rede Livres, Militante Ecosocialista do Fortalecer o PSOL e doutorando em Economia Política Mundial (UFABC).

O Brasil é um país rasgado pela desigualdade de renda. Mas, uma de suas formas mais brutais de desigualdade é pouco “monetária”: a falta de acesso ao saneamento básico de qualidade num país onde essa co-

bertura atinge apenas cerca de 62% da população. Aqui vemos a incapacidade do modelo de gestão petista - governante majoritário dos últimos 22 anos - em expandir esse direito aos brasileiros. Em 2000 essa co-

bertura era de 44% e de 52% em 2010¹.

Ao mesmo tempo, esses números escondem ainda piores desigualdades: enquanto a região Sudeste recuou para cerca de 80% na sua cobertura, o Nordeste ficou em 31% e o Norte 14% em números de 2022. É preciso dizer: Igualdade é esgoto para o povo pois o contrário resulta em uma política de destruição ambiental combinada com adoecimento coletivo das pessoas sem saneamento, condenando-as a uma péssima qualidade de vida.

Nesse contexto, milhares de pes-

¹ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39237-censo-2022-rede-de-esgoto-alcanca-62-5-da-populacao-mas-desigualdades-regionais-e-por-cor-e-raca-persistem>

soas foram impactadas pela crise de *novovírus* na Baixada Santista no início de 2025. Essa virose, ligada a problemas de saneamento, tem coisas a revelar. Mas não são indícios positivos, já que a conjuntura socio-econômica e ambiental brasileira parece mais propensa a fazer a classe média experimentar problemas de saúde pública mais sérios do que conseguir que os trabalhadores empobrecidos os superem.

Diante da Emergência Climática e de um cenário onde as mudanças de temperaturas e o desequilíbrio ecológico serão bombas relógio de patógenos e suas doenças - frutos da forma de organizar a sociedade dentro da civilização capitalista industrial - teremos de radicalizar com “reformas não reformistas” rumo a uma sociedade justa. Para isso, será necessário buscar inspiração em uma tradição esquecida do Socialismo: a dos Socialistas do Esgoto.

Surto de Virose revela o pacto neoliberal sobre o saneamento

Ligada ao enfraquecimento da recém privatizada Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, a virose impactou 11 mil pessoas nos registros e certamente muito mais no total. A forte gastroenterite espantou turistas das cidades e fez com que 19% das reservas em hospedagens fossem canceladas. Até o governador Tarcísio de Freitas foi cobrado pela própria pequena burguesia que costuma aprová-lo: a Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares demandou respostas ao “desproporcional” impacto da virose. A situação também se replicou para outras

Igualdade é esgoto para o povo pois o contrário resulta em uma política de destruição ambiental combinada com adoecimento coletivo das pessoas sem saneamento

cidades litorâneas do país como no estado do Paraná e Santa Catarina, mostrando que os impactos econômicos e sociais do desmonte da saúde pública são tremendos.

Enquanto isso, as privatizações têm se tornado um consenso dentro da mentalidade política institucional. O governo, por meio de Lula e Haddad, com recurso do BNDES oferta condições financeiras para acelerar desestatizações. Tudo para que governadores como Tarcísio ou o petista Rafael Fonteles do Piauí privatizem seus sistemas estaduais, mostrando que o abandono do saneamento público é um pacto entre neoliberalismo puro sangue e progressista.

Além disso, veremos o agravamento do ataque de patógenos contra comunidades com a aceleração da Emergência Climática. Viroses se proliferam melhor com o aumento da temperatura dos oceanos e a invasão de água doce com chuvas ex-

tremas mais frequentes, tanto quanto os mosquitos proliferadores de doenças são estimulados pela engrenagem aquecedora do capitalismo. A Dengue já causa a morte de 12 mil pessoas por ano no mundo, principalmente crianças. Com 4º grau de aquecimento - provável situação se nada acontecer até 2100 - teremos um adicional de 2.8 milhões de casos anuais, além de uma explosão de viroses impossíveis de serem contidas pelos enfraquecidos sistemas de saúde do Sul global.

Aqui assumimos duas teses: 1) a esquerda terá de retomar a bandeira de serviços universais básicos como o saneamento para a erradicação da desigualdade. Medidas como essa serão essenciais para a mitigação do sofrimento da classe trabalhadora no contexto da Emergência Climática. Porém tais políticas públicas devem servir como “reformas não reformistas” para atingir o Socialismo, como defendia o marxista e eco-



Emil Seidel, Dan Hoan e Frank Zeidler

radiomilwaukee.org

logista André Gorz². 2) A luta socialista deve ressignificar a tradição dos Socialistas do Esgoto estadunidenses no início do século XX. Esses militantes governaram cidades sem ver contradição entre uma revolução e reformas para melhora da qualidade de vida de nossa gente. Retomar a batalha do saneamento como igualdade radical no contexto do colapso ecológico vigente será uma necessidade de sobrevivência, além de uma grande plataforma política.

Socialismo do Esgoto: uma tradição a se reinventar

No final do século XIX Milwaukee era uma cidade estadunidense assolada pelas contradições da Revolução Industrial. Mortalidade infantil, água poluída e esgotos a céu aberto faziam parte da paisagem. Nesse cenário nasceu o “Socialismo do Esgoto”, socialistas descendentes de alemães que fugiram da per-

² <https://democracyuprising.com/2021/07/22/as-reformas-nao-reformistas-de-andre-gorz-mostram-como-podemos-transformar-o-mundo-hoje/>

seguição após a revolução de 1848 e que prometiam “limpar o legado sujo da Revolução Industrial”³. O

³ <https://www.wisconsinhistory.org/turningpoints/tp-043>

Partido Socialista estadunidense abraçou o termo pejorativo como uma de suas ideias centrais e foi capaz de dominar a política da capital de Wisconsin por décadas, além de construir um dos mais sofisticados

Hoan aplicou um programa radical que ajudou a consolidar a reputação dos socialistas como eficientes criadores de políticas públicas: educação de qualidade, parques públicos para a classe trabalhadora, água limpa, esgoto tratado e até saunas públicas!

Débora Camilo | Guilherme Prado

sistemas de saneamento dos EUA até hoje.

O primeiro prefeito socialista da cidade foi Emil Seidel em 1910 com uma quantidade esmagadora de votos: 46% contra 39% dos Democratas e 19% dos Republicanos. Nas palavras de Seidel:

Alguns espertinhos do leste chamavam o nosso [Socialismo] de Socialismo do Esgoto. Sim, queríamos esgotos nas casas dos trabalhadores; mas queríamos muito, muito mais do que esgotos. Queríamos que os nossos trabalhadores tivessem ar puro; queríamos que eles tivessem sol; queríamos casas planejadas; queríamos salários dignos; queríamos recreação para jovens e idosos; queríamos educação profissional; queríamos uma chance para cada ser humano ser forte e viver uma vida de felicidade⁴.

Daniel Hoan o sucedeu de 1916 a 1940, a maior administração contínua de um socialista nos EUA. Ardente em suas ideias, Hoan aplicou um programa radical que ajudou a consolidar a reputação dos socialistas como eficientes criadores de políticas públicas: educação de qualidade, parques públicos para a classe trabalhadora, água limpa, esgoto tratado e até saunas públicas! Hoan fez a luta pelo mais eficiente sistema de esgoto até então, uma luta contra a sandice da noção de que esgotos invadem a propriedade privada, além de ter criado o primeiro sistema pú-

⁴ John Nichols. *The ‘S’ Word: A short history of an american tradition... Socialism.* 2015

blico de ônibus e a primeira política pública de habitação do país⁵.

Em 1932, o prefeito afirmou que os socialistas provaram “que os trabalhadores podem governar uma cidade melhor que Republicanos, Democratas e capitalistas” e que “se puderam gerir uma cidade, pode-



Orla de Milwaukee em 1917. Além do esgoto os socialistas criaram diversos espaços públicos.

riam gerir um estado e uma nação”⁶. Mesmo com a guerra fria os socialistas ainda governariam Milwaukee de 1948 até 1960 com Frank Zeidler.

Os defensores de esgoto chegaram ao Congresso com Victor C. Berger pela primeira vez em 1911 e tiveram grandes corridas presidenciais: Eugene V. Debs teve 6% dos votos em 1912 e Norman Thomas teve a maior votação absoluta dos socialistas (884 mil votos) em 1932. Acredita-se que Franklin D. Roosevelt tenha inspirado boa parte de seu programa de governo no New Deal apresentado pelos socialistas, e que tenha lido o livro “City Go-

⁵ <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-03-13/who-were-milwaukee-s-sewer-socialist-mayors>

⁶ John Nichols. *The ‘S’ Word: A short history of an american tradition... Socialism.* 2015.

verment” de Daniel Hoan na sua guinada à esquerda com o partido Democrata durante a recuperação do país no pós-Grande Depressão. Os Democratas teriam escanteado os Socialistas da política institucional exatamente por seguirem parte de sua agenda⁷.

É bem verdade que os “Socialistas do Esgoto” protagonizaram grandes debates até mesmo com Lenin sobre a tese do Socialismo municipalista e defendiam uma tática pacifista como transição ao Socialismo. Apesar dessa polêmica, seu legado é enorme em meio a Emergência climática e a necessidade de defender “esgotos” como igualdade. Afinal, essa corrente está viva em muitos e muitos jardins pelos EUA, uma vez que o fertilizante Milorgamite é produto do seu avançado sistema de saneamento desde 1926. Não é loucura dizer que apesar dessa tradição ter sumido institucionalmente já são as primeiras flores para uma transição ecossocialista.

⁷ <https://newpol.org/is-the-new-deal-socialism-by-norman-thomas/>

Venezuela rebelde I



Mário Azeredo

Coordenação Nacional
do Fortalecer o PSOL

Uma breve história

Em fevereiro de 1989, durante o Governo de Carlos Andrés Peres, uma rebelião popular espontânea sacudiu a Capital Caracas. As massas empobrecidas não suportaram mais a carestia, o aumento dos preços e o salário miserável que recebiam. Naquele fevereiro caribenho, o governo da “oligarquia petroleira” havia decretado mais um pacote de medidas econômicas ditados pelo FMI - Fundo Monetário Internacional, contra a população e o aumento da gasolina e do preço do transporte público foi o estopim. A reação da burguesia foi uma repressão violenta, com centenas mortos. Ali foi o início de uma resistência que viria a se consolidar com a elei-

ção de Hugo Rafael Chávez Frias, em 1999 e com o plebiscito favorável a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte. A nova Constituição fundou a Quinta República, denominada, República Bolivariana de Venezuela. A Constituição ampliou os poderes do Executivo, extinguiu o Senado, ampliou os poderes do Estado para intervir na economia, retomou o controle da petroleira PDVSA, que estava desde sempre a serviço dos privilegiados da “oligarquia petroleira” corrupta e, também aumentou o reconhecimento dos direitos culturais das comunidades indígenas e quilombolas. O Comandante Chávez foi o líder incontestado desse processo. Defendeu a doutrina bolivariana

do “Socialismo do Século XXI”, marcada pela democratização e inclusão do povo nas decisões da Nação. Crítico ao neoliberalismo, aplicou uma política anti-imperialista, antiamericana e pontos anticapitalista. Impulsionou o fortalecimento dos movimentos populares e a integração latino-americana. Nesse ponto, Chávez criou a UNASUL - União das Nações Sul-Americanas, a ALBA- Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América, o Banco do Sul e a rede de TV TeleSur. Também teve como política uma maior aproximação com Fidel Castro e Cuba. O Regime bolivariano criou diversos programas sociais, denominados Missões para combater a desigualdade, como por exemplo: Missão Barrio Adentro, com apoio de médicos cubanos, para oferecer serviços de saúde nas comunidades. Missão Robinson, que teve como objetivo erradicar o analfabetismo na Venezuela e que

Mário Azeredo

em um ano e meio cumpriu a tarefa, reconhecida pela UNESCO em 2005. Na questão agrária, a Constituição estabelece que o “regime latifundiário é contrário ao interesse social” e com a Lei da Terra o governo já havia distribuído mais de 1.905.000 hectares, desses 40% foram dados aos camponeses e outros 40% a projetos estratégicos de propriedade estatal e outros 11% foram transformados em cooperativas. Em relação a moradias populares, o governo Chávez criou a Grande Missão Vivendas, que nesses 25 anos da Quinta República entregou 5.100.000 de moradias populares para a população mais necessitada, que representa 20% do total da população venezuelana atual. E o processo de incorporação de amplos setores sociais, segue avançando, com consultas, plebiscitos e referendos, inclusive agora com a constituinte convocada pelo Presidente Maduro, chamando a formação de Comunas Populares.

4 pontos sobre Venezuela, hoje

1. Uma revolução no regime

Em nossa vizinha Venezuela estamos vivenciando um processo revolucionário que já transcorreu duas décadas e meia. Um processo de mobilização permanente dos “de baixo”, que mudou o regime democrático burguês e seu governo, ainda que siga sendo um Estado capitalista, com muitas contradições. As instituições do regime foram alteradas. Desde a primeira Constituição Bolivariana e as diversas consultas populares até a Constituição das

Comunas e o novo processo de poder sobre o Orçamento Nacional. Ao o chavismo ter revolucionado o regime, apoiado na mobilização popular, parte considerável da burguesia nacional golpista, foi derrotada, mas novos setores foram se articulando e se constituindo como uma nova classe burguesa, agora, nacionalista, que ficou conhecida como boliburguesia. Esse fenômeno foi fruto da ruptura com a velha “oligarquia petroleira” corrupta, sócia menor do capital internacional e do imperialismo.

2. Bonapartismo sui generis

O segundo ponto que vamos tratar aqui é sobre o papel de Chávez e do atual presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro Moro. A burguesia imperialista e os governos lacaios na América Latina, acusam a revolução bo-

livariana de ser “antidemocrática”, comunista e corrupta. Nós tratamos o processo venezuelano como um fenômeno que, para acontecer, precisa se apoiar em amplos setores populares mobilizados por objetivos concretos. No caso da Venezuela, o Caracazo de 1989 foi um ponto de inflexão das massas populares que romperam com o velho regime, mas que ainda não tinham uma direção. O processo de ruptura precisou de mais 10 anos para que a ruptura revolucionária do regime ocorresse com a eleição do Comandante Chávez, o golpe sofrido por seu governo e o desenlace da revolução bolivariana e o proposto “Socialismo do Século XXI”.

Trotsky na década de 1930, tratou o governo de Cadernas no México, assim como o de Perón na Argentina e de Getúlio Vargas no Brasil, como regimes Bonapartista sui ge-

Chávez foi o líder incontestado desse processo. Defendeu a doutrina bolivariana do “Socialismo do Século XXI”, marcada pela democratização e inclusão do povo nas decisões da Nação



Manifestação em Caracas, em 2002

@OVCsocial

neris. E afirmava: “Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro joga um papel decisivo. Aí a relativa debilidade da burguesia nacional em relação ao proletariado nacional. Isso cria condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado. Isso dá ao governo um caráter bonapartista sui generis, de índole particular. Se eleva por assim dizer, por cima das classes. Na realidade, pode governar ou bem convertendo-se em instrumento do capitalismo estrangeiro e submetendo o proletariado com uma ditadura policial, ou bem manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer concessões, ganhando desse modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros”. Nossa tese é de que as bases do processo bolivariano estão diretamente associadas ao conceito trabalhado por Leon Trotsky. Porém, a “oligarquia

petroleira” e corrupta da Venezuela, não aceitou o papel de Chávez como mediador acima das classes e tentou o golpe frustrado de 2002, quando o povo mobilizado derrotou e investiu Chávez com mais legitimidade no governo. De lá, para cá, foram dezenas de tentativas de golpes todos apoiados pelo imperialismo ianque e europeu. Chávez e depois Maduro se apoiaram nas Forças Armadas e nos anseios da população para derrotar a “oligarquia petroleira” e avançar num regime de novo tipo, mais democrático na defesa da soberania nacional. Nesses 25 anos de Quinta República, foram 31 eleições, com plebiscitos e referendos, onde o chavismo só perdeu uma delas.

3. Etapa mais violenta da Época Imperialista

O terceiro ponto que estamos trabalhando diz respeito ao conceito de imperialismo, que amplos setores da esquerda abandonaram nessas últimas décadas, mas que acreditamos ser fundamental para entendermos

o que está acontecendo nos quatro pontos cardeais do mundo. Lenin tratou o imperialismo, como a fase superior do capitalismo, com características específicas. Uma nova fase de decadência e parasitismo do sistema capitalista. No século passado, essa fase levou a duas grandes guerras mundiais, revoluções e guerras de independência, com milhões de mortes e a inauguração da etapa atômica nas técnicas de guerra, com as duas bombas jogadas pelos EUA no Japão. Acreditamos que a etapa imperialista que estamos vivenciando é a mais violenta até então. O genocídio televisionado que Israel está cometendo contra o Povo Palestino e o apoio que as nações europeias e os EUA seguem dando ao governo terrorista de Netanyahu, é um exemplo. Demonstra que a crise do sistema está empurrando a burguesia imperialista para uma dinâmica fascista, de rapina de territórios e roubo descarado das riquezas das demais nações e o desmonte de todas as conquistas sociais do Esta-

Mário Azeredo

do de Bem Estar Social, em todo o mundo. Como ficou provado com a invasão do Iraque, da Líbia e mais recentemente o roubo de petróleo que os EUA estão fazendo em território sírio. E é inquestionável que Israel comete genocídio contra o Povo Palestino, para roubar suas terras, assim como a invasão do Líbano e também de parte do território sírio. Quem ainda não está convencido dessa nova etapa do imperialismo é só ver as declarações de Trump sobre a Groelândia, o Canadá e o Canal do Panamá. O caso do joguete ucraniano da OTAN também faz parte da política do imperialismo ianque e europeu dessa nova fase, mas que exigiria um artigo específico para um melhor entendimento.

4. Brasil está na contramão da História

A diplomacia brasileira e em especial o Governo Lula, estão girando à direita nas relações internacionais. Voltam a se aproximar do imperialismo norte-americano, causando crise com os países que têm uma política mais anti-imperialista.

Ao não reconhecer o resultado eleitoral da Venezuela e, exigir as atas eleitorais, como fez os EUA, os países da União Europeia e toda a mídia corporativa ocidental, o governo brasileiro deu um tiro no pé rompendo com uma tradição de décadas de esforços de uma maior integração estratégica Latino-americana e de respeito a autodeterminação dos povos.

Quem luta contra o imperialismo deve receber todo o apoio da classe trabalhadora de todos os países. E o governo Lula se enfraquece perante a direita e a extrema direita internacional e nacional ao cumprir a cartilha neocolonial do imperialismo.

Assim como vetar a entrada da Venezuela nos BRICS, o governo brasileiro cumpre um papel vergonhoso para todos os povos do continente. Os argumentos não se sustentam. Negar o ingresso da Venezuela nos BRICS, mas como aceita a monarquia corrupta e assassina da Arábia Saudita? Pergunta que o governo Lula se esquivava e ao fazer isso demonstra que sua posição em relação a Venezuela diz menos sobre seus princípios e mais sobre a pressão do governo dos EUA.

Esses quatro pontos não encerram toda a complexidade do processo venezuelano. Porém, temos certeza de que o governo Lula precisa reverter urgentemente suas posições sobre a Venezuela. Parar imediatamente exercícios militares das Forças Armadas brasileiras na fronteira com esse país irmão. Nem Biden, nem Trump são aliados na luta por um mundo sustentável e menos desigual. Quem luta contra o imperialismo deve receber todo o apoio da classe trabalhadora de todos os países. E, o governo Lula, se enfraquece perante a direita e a extrema direita internacional e nacional ao cumprir a cartilha neocolonial do imperialismo.

Se a Venezuela Bolivariana vai avançar em direção a uma revolução permanente socialista ou se vai ficar congelada numa revolução no regime democrático burguês, como acontece nesse momento, quem dará a última palavra será a classe trabalhadora venezuelana e, aos trabalhadores brasileiros nos cabe apoiar todas as iniciativas contra o imperialismo e a favor da autodeterminação da República Bolivariana da Venezuela.

90 anos de vida mais de 60 anos de militância

Luiza Erundina



Reprodução

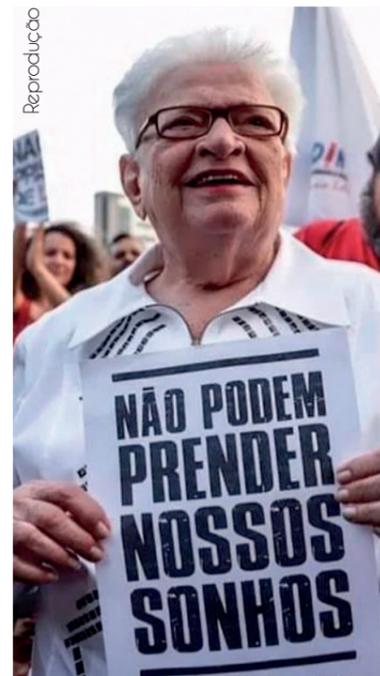


Luiza Erundina
Deputada Federal
PSOL/SP

Ao completar 90 anos de vida olho para traz e me vejo como uma sobrevivente. Sou a sétima de uma família nordestina de dez filhos, sem-terra, vivendo da renda gerada pelo trabalho do meu pai que era artesão fazedor de celas. Ele era respeitado pela sua clientela que o tratava como Mestre Tonheiro, e o considerava o melhor dos que existiam por lá, visto que as celas que fazia não feriam o dorso dos animais.

Para completar a renda da família, contávamos com o trabalho da minha mãe Enedina, que, além dos serviços domésticos, fazia bolo para vender com café na feira livre nos domingos, aos feirantes que vinham à cidade para vender os produtos colhidos em suas roças. Entretanto, essa rotina era quebrada nos períodos de estiagem que ocorriam com frequência e obrigava as famílias pobres a arribar para outros estados fugindo da seca.

Minha família teve que migrar em duas ocasiões: na seca de 1932, quando eu ainda não tinha nascido, e na de 1942. Nesta eu me lembro muito bem dos preparativos que se faziam a noite toda na véspera de se sair de madrugada, noite adentro, os adultos a pé e nós crianças em “caçuás” montados em um burro alugado por meu pai para esse fim. Eram léguas e léguas percorridas sob um sol escaldante e um calor infernal, até se chegar ao lugarejo onde havia uma estação de trem que nos levava rumo ao desconhecido.



Reprodução

Foi na Paraíba, pois, que nasci, e onde muito cedo tomei consciência de classe

Pernoitávamos numa pensão miserável, às margens da linha férrea, até o dia seguinte bem cedo, quando tomávamos outro trem que nos transportava a outro destino.

Foi a vivência dessa triste realidade de pobreza da minha família e de muitas outras submetidas a iguais condições de penúria, naquela pequena vila no sertão paraibano, que forjou minha consciência e determinou a trajetória de vida e meu futuro.

Foi aí que, precocemente, me dei conta das enormes desigualdades que havia na sociedade, até mesmo numa pequena comunidade como aquela. Percebi que a maioria das famílias tinha que migrar para fugir da seca, enquanto outras, a minoria, não precisava arribar, pois dispunha de reservas de alimentos suficientes para atravessar os longos períodos de seca e aguardar o retorno das chuvas.

Foi na Paraíba, pois, que nasci, e onde muito cedo tomei consciência de classe. Foi lá também que me tornei assistente social e iniciei minha militância na luta pela democratização da terra no campo, junto ao movimento pela reforma agrária.

Com os meus colegas de profissão, fomos ajudar na organização dos trabalhadores rurais que haviam sido dizimados pela ditadura militar por participarem das Ligas Camponesas. Por isso, também passei a ser perseguida pelo regime. Foi quando migrei para São Paulo no início da década de 70, e lá fiz concurso público para o cargo de assistente social da Prefeitura da capital paulista.

Designada para trabalhar nas favelas e cortiços na periferia da cidade, me deparei novamente com o mesmo apelo, lutar pela democratização da terra, dessa vez, a terra urbana.



Reprodução

Juntei-me à população sem moradia e nos lançamos na luta pelo direito à cidade, ou seja, pela reforma urbana.

Ao mesmo tempo, dediquei-me à organização política da nossa categoria profissional. Reativamos a Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo (APASSP), que estava desativada há 7 anos por determinação da ditadura militar. Foi através dessa entidade de classe que organizamos, politicamente, nossa categoria profissional, não só no Estado de São Paulo, mas também em âmbito nacional. Assim, fortalecemos nossa atuação e nos articulamos com os operários e sindicalistas do ABC paulista, que tinha Lula à sua frente, e começamos a participar da construção do Partido dos Trabalhadores (PT). Como militante petista, a história me levou por diversos caminhos: fui eleita vereadora da Câmara Municipal de São Paulo; deputada estadual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e prefeita municipal de São Paulo. Aliás, fui a primeira mulher prefeita da capital paulista e, além disso, migrante nor-

Tínhamos um secretariado de nível ministerial, seja do ponto de vista da competência administrativa, como do compromisso com o projeto político que realizamos na cidade.

destina, pertencente a um partido de esquerda e comprometida com os reais interesses dos setores populares da cidade.

Realizamos um governo democrático popular, que inverteu prioridades, no sentido de destinar a maior fatia do orçamento às políticas públicas voltadas aos segmentos excluídos da sociedade. E uma outra característica do nosso governo, foi governar com efetiva participação popular, por meio de mecanismos

de democracia direta e com controle social sobre as ações da gestão. Com o apoio popular, conseguimos enfrentar a oposição da elite paulistana às ações do governo, além da oposição sistemática da maioria dos vereadores da Câmara Municipal.

Acrescente-se, ainda, a atuação dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Município contra o nosso governo, que, inclusive, rejeitou todas as nossas contas, o que nunca fizeram a qualquer governo anterior ao nosso.

Luiza Erundina

Ademais, tínhamos um secretariado de nível ministerial, seja do ponto de vista da competência administrativa, como do compromisso com o projeto político que realizamos na cidade. Tanto é que, o nosso governo, deixou um legado que permanece vivo na memória dos paulistanos, e que, até hoje, continua sendo referência na história político-administrativa do município de São Paulo, após mais de três décadas de sua realização.

Por fim, gostaria de mencionar minha rica experiência político-partidária ao longo dos últimos quarenta anos de militância. Comecei como fundadora do Partido dos Trabalhadores (PT), no início da década de 80, junto com Lula e muitos outros sindicalistas, sendo eu um deles, pois era presidente da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP). Participei da construção desse importante partido durante 17 anos, o que para mim foi um privilégio. Quando saí para me filiar ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) que então, era presidido pelo ex-governador Miguel Arraes. Na época eu dizia que estava mudando de casa na mesma rua, que era o campo da esquerda. Fiquei no PSB por 19 anos e saí por divergências com a política de alianças daquele partido, na época, a meu ver, ampla demais do ponto de vista ideológico. Foi também uma rica experiência de militância, na companhia de excelentes companheiros e amigos até hoje. Citaria, entre muitos, o deputado Glauber Braga, que também deixara o PSB, por sinal, antes de mim, para filiar-se ao PSOL. Não poderia deixar de citar o companheiro Roberto Amaral,



Reprodução



Reprodução

um dos quadros mais brilhantes e consequentes da esquerda brasileira, grande amigo e sempre inspiração e referência teórica na minha militância socialista.

Nos últimos 10 anos milito no PSOL como integrante de uma extraordinária bancada de deputadas e deputados federais, com quem aprendo todo dia e que me ajudam a manter-me fiel ao sonho que me inspirou a vida toda, o socialismo.

Além disso, sou grata a Deus e à História pela satisfação de conviver com companheiras e companheiros de partido, o PSOL, tão especiais, e com os quais sonhamos e lutamos juntos por um mundo justo e onde todos possam ser felizes.

É como militante do PSOL que exerço o sétimo e último mandato de deputada federal e, na metade dele, me preparo e me organizo para mais uma empreitada: juntar-me a quem queira lançar-se em uma nova e fascinante aventura de construir um movimento nacional “Teia da Esperança” – e com ele lutarmos pela construção do poder popular.

Assim, retorno ao mesmo ponto de onde comecei, movida e inspirada pelo mesmo sonho, ajudar o nosso povo a fazer história, não só no sentido de mudar sua própria comunidade de vida e seu ambiente de trabalho, mas sobretudo juntar-se a muitos outros, conscientes dos seus direitos e da própria força e protagonizar a virada para um novo ciclo histórico-social, um novo tempo, uma nova humanidade.

O tempo de espera acabou. Do nosso grito, ecoa a “Teia da Esperança”, que é revolucionária. Dizemos basta ao “salve-se quem puder”. Ou nos salvamos todos ou não haverá salvação. Fiamos e tecemos a Teia porque não nos rendemos à cultura do descarte, do medo, do ódio, da fragmentação, da indiferença e da resignação.

Juntos (as) conjugaremos o verbo esperar, como nos ensinou o mestre Paulo Freire, rumo à concretização do nosso sonho: construirmos uma nação justa e soberana onde todas e todos terão assegurado o pleno exercício da sua cidadania.



Intercept Brasil | Ilustração: Gustavo Magalhães

Kleber Rosa:

“...as pessoas negras têm sido alvo da política eugenista, de aspiração fascista...”



Kleber Rosa

Professor de Sociologia; fundador do Movimento Policiais Antifascistas e Coordenador Geral da Federação dos Trabalhadores do Estado da Bahia (FETRAB); Segundo colocado para Prefeito de Salvador em 2024.

O presente texto traz elementos do programa de governo sobre segurança pública, apresentados pela campanha do PSOL na disputa à Prefeitura Municipal de Salvador, que conquistou uma importante vitória política ao terminar a eleição em segundo lugar, deixando para trás o candidato do MDB apoiado pelo governo do estado da Bahia – PT.

Entre os diversos temas que dominaram a cena eleitoral na capital baiana, além do debate sobre mobilidade urbana, no qual nossa

campanha trouxe para o centro da discussão a tarifa zero, o tema da segurança pública possibilitou um importante debate diante das posições do candidato da situação na prefeitura, liderado pelo União Brasil e o candidato do MDB que assumiram uma postura de se desresponsabilizar pelos altos índices de violência registrados na cidade. Em oposição, defendemos em nosso programa que o município é a instância do poder público mais próximo do cidadão e da cidadã e, justamente

por isso, deve ter papel estratégico na execução de políticas de enfrentamento à violência; que hoje é um fenômeno percebido em todas as grandes cidades.

Assim, há algum tempo os limites da competência estadual vem sendo reconfigurado, destacando a importância e necessidade da responsabilidade das gestões municipais no enfrentamento ao crime e à violência.

Dito isso, as eleições municipais de 2024 produziram debates acalorados envolvendo os poderes municipal e estadual. Na Bahia, onde duas forças políticas disputam hegemonia e governam o Estado e a capital soteropolitana, o debate sobre responsabilidade em relação aos

Kleber Rosa

índices de violência em Salvador ganhou contornos de acusações e responsabilização mútua, desviando o foco para a questão central que é a opção de ambos os grupos por medidas violentas, focadas na ação letal das forças de segurança e por medidas populistas que visam atender os anseios da opinião pública com respostas superficiais que não focam na questão central que envolve a desigualdade e a marginalização de grupos sociais subalternizados.

De acordo com dados do Observatório Anual da Violência, Salvador, nos últimos anos, tem liderado os índices nacionais de violência, superando a cada ano seus próprios indicadores que avaliam o crescimento da violência no Brasil. Enquanto a cidade tem o maior número absoluto de mortes violentas, a polícia baiana se tornou a mais letal do Brasil, vitimando em sua maioria, jovens negros. Assim, a combinação desse dado, com a condição de Salvador ter mais de 80% da população negra, não pode ser enten-

dido como mera coincidência.

Desde o período do Pós-Abolição que as pessoas negras têm sido alvo da política eugenista, de aspiração fascista, que forjou o modelo de sociedade pensada pelas elites que construíram a República, no qual a população negra foi tratada como indesejada, sendo alvo de políticas de criminalização e exclusão social.

Essa realidade se reflete de forma violenta na política de encarceramento. De acordo com dados da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado da Bahia, em dezembro de 2024 a população carcerária já ultrapassava o número de treze mil pessoas, sendo a maioria composta por homens negros. Os dados sobre feminicídios também são alarmantes: de 2017 a 2023 a Bahia registrou 672 feminicídios. Isso significa dizer que uma mulher foi vítima letal de violência de gênero a cada três dias. Em média, os feminicídios cresceram 7,6% ao ano. Esses dados são atribuídos pelo governo municipal à má gestão

da política de segurança pública no âmbito do Estado.

A omissão da Prefeitura Municipal de Salvador frente ao problema da segurança pública que penaliza a cidade se apoia no texto da Constituição Federal de 1988, que limita a atuação das prefeituras à criação de guardas municipais com atribuição de proteção dos bens e patrimônios. Entretanto, há diversos estudos que atestam, por exemplo, que a diminuição da desigualdade social produz consequência direta na redução da criminalidade, ou seja, de fato, o poder municipal deve estar comprometido com o enfrentamento à violência urbana.

Essas políticas que visam impactar nas condições sociais e econômicas da população, de caráter transversal, devem estar presentes nas diversas áreas da política municipal e somar-se ao compromisso geral de diminuição dos índices de violência, o que torna o município um importante agente no enfrentamento ao problema.

Por outro lado, é imprescindível superar as políticas comuns, focado na expansão de equipamentos policiais, armamentos e viaturas e adotar uma metodologia de segurança pública associada à garantia dos direitos humanos e bem estar social.

Se o processo eleitoral foi um importante espaço para pautar o debate sobre segurança e disputar a consciência da população para a urgência na mudança da política de segurança, não devemos nos distrair da necessidade de seguirmos focando na organização popular como instrumento de luta para continuar resistindo a política genocida implementada pelas elites brasileiras.

Há diversos estudos que atestam, por exemplo, que a diminuição da desigualdade social produz consequência direta na redução da criminalidade

Carmen Stepan

Ifo da Alemanha. Trump pretende exigir que os gastos aumentem para 5% de seus PIBs.

A questão é que a estabilidade europeia após o colapso do bloco soviético foi baseada em um acordo tácito: os EUA cuidariam da defesa para que os países europeus pudessem conter o cataclismo e cuidar dos enormes custos sociais da unificação alemã e da integração de pelo menos 10 países do antigo bloco soviético.

Esse foi o grande esforço para conter o descontentamento dos países do leste e fazê-los acreditar que a promessa do capitalismo os salvaria. A Europa economizou quase dois trilhões de dólares em gastos com defesa, de acordo com a estimativa do Instituto Ifo, o que lhe

permitiu enfrentar o fim do bloco soviético de 1991, quando a União Soviética e o leste europeu desmoronaram. Mas acabou!

Não há mais a ameaça soviética e os orçamentos da seguridade social estão ficando cada vez maiores em uma economia sujeita à competição entre a China e os EUA. Nesse cenário, há pouco a ser aproveitado devido ao peso dos impostos e da dívida pública.

Sete dos 25 países da OTAN pagam mais em juros sobre a dívida do que em defesa, de acordo com o mesmo estudo do instituto alemão, a carga imposta é pelo menos sete pontos mais alta do que na Ásia e 15 vezes maior que nos EUA.

“Nosso sistema de proteção social na Europa está sob pressão”,

O declínio da Europa em meio às pressões de Trump e da China



Carmen Stepan

Jornalista independente.
Nascida na Colômbia.

O mundo está vivendo um momento de mudança de paradigma, com a posse de Donald Trump como presidente dos EUA e suas medidas econômicas protecionistas e politicamente retrógradas. As consequências políticas globais são enormes. Sob pressão de Washington, a União Europeia está em declínio em meio à competição entre os Estados Unidos e a China.

As políticas protecionistas de Trump - que estão em vigor desde seu primeiro mandato - são abertamente contrárias às políticas neoliberais, de abertura de mercado e globalistas que prevaleceram por

quase meio século.

Embora suas medidas sejam direcionadas principalmente contra a China, elas afetam ainda mais a economia europeia em declínio, uma vez que o comércio com os EUA em 2023, foi de impressionantes 1,54 trilhão de euros. Por outro lado, a China é o segundo maior parceiro comercial em bens, com 739 bilhões de euros no mesmo ano.

A questão é que, após quase meio século de abertura econômica e globalização, as economias do mundo estão muito mais integradas e dependentes. Por exemplo, pelo menos metade das ações de empresas

norte-americanas pertence a não residentes, enquanto na década de 1980 eram apenas 5%. Na França, esses rendimentos eram insignificantes há 40 anos, mas atualmente os franceses ricos possuem, no mínimo, tanto em ações dos EUA quanto em ações francesas.

Isso implica que as elites econômicas são muito menos independentes e defendem menos os interesses de seus países, pois seus lucros não têm pátria.

Além disso, há o poderoso efeito da queda dos impostos corporativos, que durante o primeiro mandato de Trump passou de 35% para 21% e que agora ele propõe reduzir para 15%.

As ameaças de Trump podem se tornar reais: “Eles não compram nossos carros, não compram nossos produtos agrícolas, eles vendem

milhões e milhões de carros nos EUA. Não, não, eles vão ter que pagar um preço alto”, disse ele durante a campanha eleitoral, referindo-se à Europa. Além disso, as tarifas mais altas sobre a China poderiam aumentar a quantidade de produtos chineses baratos na Europa, agravando sua grave crise industrial.

Adeus ao “estado de bem-estar social”?

Desde o fim do bloco soviético em 1990, os EUA assumiram a maior parte dos gastos europeus com defesa. Porém, agora Trump pretende fazer com que os países europeus paguem o custo da política agressiva da OTAN.

Em 2023, apenas 10 dos 25 países da OTAN cumpriram a meta de gastar 2% de seu PIB em defesa, de acordo com um estudo do Instituto

Em 2023, apenas 10 dos 25 países da OTAN cumpriram a meta de gastar 2% de seu PIB em defesa, de acordo com um estudo do Instituto Ifo da Alemanha. Trump pretende exigir que os gastos aumentem para 5% de seus PIBs.



alertou Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu. Se a Europa não se adaptar aos novos desafios globais, “a nossa capacidade de gerar a riqueza necessária para sustentar nosso modelo econômico e social será posta à prova”, disse ela.

Alemanha e França: crise política e resistência dos trabalhadores

Os dois países centrais da União Europeia, Alemanha e França, são a prova dessas tensões, pois ambos estão em meio a uma crise política, marcada pela resistência dos trabalhadores à imposição de programas de ajustes.

Na França, a crise mais grave da V República desde 1958, eclodiu após as eleições legislativas de 2023, nas quais a Nova Frente Popular, a coalizão de esquerda, conquistou o primeiro lugar, mas foi excluída do governo pelo presidente Emmanuel Macron.

O primeiro-ministro Michel Bar-

nier não sobreviveu a um voto de desconfiança em novembro, depois que a Assembleia Nacional se recusou a aprovar seu orçamento, que continha enormes cortes nos gastos sociais. Com um déficit de cerca de 6% do PIB contra uma média de 3,5% da zona do euro, não foram

aprovadas as medidas de austeridade como, por exemplo, a desindexação temporária das aposentadorias em relação à inflação.

Os franceses não se esqueceram da reforma do sistema previdenciário de Emmanuel Macron, realizada na base do decreto, uma obra-prima

[Na Europa] os orçamentos da seguridade social estão ficando cada vez maiores em uma economia sujeita à competição entre a China e os EUA

Carmen Stepan

de seu programa neoliberal.

Na Alemanha, os desacordos sobre a política fiscal também resultaram no colapso da coalizão tripartite de governo entre os social-democratas, os democrata-cristãos e os verdes, forçando o Chanceler Olaf Scholz a convocar eleições antecipadas para fevereiro.

A economia alemã encolheu pelo segundo ano consecutivo, pela primeira vez em mais de duas décadas, atingida pelo aumento dos preços da energia e pela concorrência chinesa. A produção industrial caiu 3% em 2024 e o setor de construção caiu 3,8% devido ao aumento dos preços e das taxas de juros.

A Rússia resiste

O conflito na Ucrânia aumenta o estresse nas contas europeias e coloca o custo sobre os ombros dos trabalhadores, com inflação e aumento dos preços dos combustíveis.

O que inicialmente era um problema regional relacionado à agressão do regime de Kiev contra a região pró-russa de Donbas transformou-se em uma guerra aberta da OTAN contra a Rússia. Volodimir Zelensky só está se mantendo graças ao apoio militar da Aliança Atlântica, mas não consegue recuperar o território das repúblicas de Donetsk e Lugansk e das regiões de Kherson e Zaporíyia que foram incorporadas à Rússia.

Após sua posse, Trump disse que Zelenski “não deveria ter permitido o início de uma operação especial na Ucrânia” e, em seu discurso de posse, alertou que “gasta-se mais dinheiro para proteger as fronteiras de outras pessoas do que as nossas”, colocando mais pressão sobre os orçamentos da UE.

As sanções contra a Rússia só beneficiaram os EUA às custas das famílias europeias. Com o fim do trânsito de gás russo pela Ucrânia a partir de 1º de janeiro deste ano, os preços do gás atingiram o preço máximo dos últimos 15 meses.

O novo representante dos EUA na OTAN, Richard Grenell, advertiu que “não podem pedir ao povo dos EUA que expandam o guarda-chuva da OTAN quando os atuais membros não pagam sua parte justa

das despesas”, referindo-se aos pedidos de integrar a Ucrânia à Aliança.

As sanções contra a Rússia só beneficiaram os EUA às custas das famílias europeias. Com o fim do trânsito de gás russo pela Ucrânia a partir de 1º de janeiro deste ano, os preços do gás atingiram o preço máximo dos últimos 15 meses. Espera-se que os preços em 2025 aumentem 50% a mais do que em 2024 e duas vezes mais do que antes da guerra.

Enquanto isso, as vendas de gás liquefeito dos EUA aumentaram de 6% para 19% no mesmo período.

Mas as duras sanções impostas à Rússia e os bilhões gastos para armar o moribundo regime de Zelensky não conseguiram mudar a sorte de um conflito no qual a Ucrânia está exausta e a economia russa é resistente às sanções.

De fato, embora as vendas russas via gasoduto tenham sido interrompidas, a Europa comprou um volume recorde de gás natural liquefeito da Rússia em 2024: 18,8 milhões de toneladas, um aumento de mais de dois milhões em relação a 2023, de acordo com a Rystad Energy.

Esse enorme desgaste e o desperdício de dinheiro em uma guerra perdida, somam-se à resistência dos trabalhadores europeus: greves na Itália e na Grécia, da Volkswagen na Alemanha, de professores, ferroviários e jornalistas na França, ferroviários, médicos e jornalistas, no Reino Unido.

O pano de fundo da crise econômica e política é, portanto, a resistência dos trabalhadores europeus e o óbvio fracasso da guerra da OTAN contra a Rússia.

As ameaças de Trump ao Canal do Panamá, uma atualização da Doutrina Monroe



Olmedo Beluche

Professor Departamento de Sociologia da Universidade Nacional do Panamá.

Desde 21 de dezembro de 2024, no âmbito da comemoração do 35º aniversário da última invasão militar dos EUA no Panamá (20/12/1989), o presidente dos EUA, Donald Trump, antes de assumir o cargo, iniciou uma série de declarações sucessivas ameaçando assumir o controle do Canal do Panamá pela força.

Uma atualização sobre a Doutrina Monroe

As propostas sobre o Panamá, o Canadá, a Groenlândia e o Golfo do México fazem parte da atualização de Trump da antiga “Doutri-

na Monroe” para o século XXI. O presidente James Monroe, em 1823, emitiu uma declaração da política externa dos EUA que ficou conhecida pelo slogan “América para os americanos”. Na época, foi um aviso às monarquias europeias que haviam formado um bloco militar chamado “Santa Aliança” de que ele não permitiria que reconquistassem os territórios recém-independentes da América espanhola. É claro que, a partir de então, ficou entendido que os “americanos” de Monroe eram os Estados Unidos, não os hispanos - ou latino-americanos.

Seguindo a Doutrina Monroe, desde o século XIX até hoje, os Estados Unidos têm agido com a convicção de que a América Latina e o Caribe são seu “quintal” e zona exclusiva de pilhagem econômica e neocolonialismo político. Inúmeras invasões, golpes de Estado e sanções econômicas contra países que tentam escapar (Cuba, Venezuela...) demonstram essa realidade, especialmente durante a Guerra Fria com a União Soviética. Instituições como a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Escola das Américas têm sido instrumentos dessa política externa dos EUA.

Independentemente de os governos americanos terem agido de forma flagrantemente imperialista, como foi o caso da política do Big

stick (Porrete, em tradução livre) de Theodore Roosevelt, ou com a hipocrisia refinada de Franklin D. Roosevelt e sua “política de boa vizinhança”, ou com a chamada “doutrina de segurança nacional” da Guerra Fria, republicanos ou democratas, todos os governos americanos foram guiados pela Doutrina Monroe em relação à América Latina e ao Caribe.

Trump - uma resposta agressiva ao declínio americano e ao espectro chinês

Donald Trump sabe que está mentindo, mas não pode deixar de expressar seu maior medo quando afirma: “O Canal do Panamá está sendo administrado pela China. China! Nós não o demos à China. E eles (o Panamá) estão abusando.

Olmedo Beluche

Eles abusaram desse presente” (La Prensa, 13/1/25).

Nessas palavras, está expresso o cerne do problema. A política externa e comercial de Trump pretende ser uma resposta a um processo objetivo de declínio econômico e político nos Estados Unidos, que está tendo cada vez mais dificuldade para competir com a influência do capital chinês. Empunhar o porrete contra o Panamá agora faz parte de seu projeto de fechar o mercado dos EUA e, por extensão, da América Latina, aos produtos chineses que competem com as empresas americanas. A intenção é cortar o avanço do capital chinês sempre que possível. A concorrência parece estar evoluindo para um confronto entre

blocos econômicos semelhantes aos que deram origem à Primeira e à Segunda Guerras Mundiais.

Como o Panamá é um lugar importante na geopolítica mundial, os Estados Unidos têm se preocupado com a presença chinesa no istmo, pelo menos desde 2017, quando as relações diplomáticas entre os dois países foram normalizadas. Antes disso, o Panamá estava entre os governos da América Central subornados por Taipei para bloquear a China. Mas a China tem sido o segundo maior usuário do canal depois dos Estados Unidos há décadas, portanto, as relações diplomáticas eram uma necessidade lógica.

Uma preocupação especial para Trump é o fato de que as relações

Uma das falácias contadas por Donald Trump é que milhares de americanos supostamente foram mortos na construção do canal. Isso é mentira. Embora os engenheiros que construíram o canal fizessem parte do exército dos EUA, a força de trabalho era composta principalmente por trabalhadores do Caribe



Rodrigo Arangua/AFP

diplomáticas foram acompanhadas de várias propostas, como a construção de uma ferrovia até a fronteira com a Costa Rica, um projeto que não se concretizou, mas que teve a oposição imediata daqueles que eram leais aos EUA no Panamá. A ferrovia não foi adiante, mas as empresas chinesas estão envolvidas na construção da quarta ponte sobre o Canal do Panamá e em outros projetos. A Hutchinson Whampoa, sediada em Hong Kong, gerencia os portos de Balboa e Cristobal, ao lado do canal. O capital chinês está envolvido até mesmo com o capital canadense na mina Cobre Panamá, cujo contrato passou a ser considerado inconstitucional após grandes mobilizações populares em 2023. A maioria das mercadorias reexportadas para a América do Sul a partir da Zona Franca de Colón é chinesa.

Esses desenvolvimentos econômicos fazem parte da tendência do mercado mundial, da globalização neoliberal imposta pelos Estados Unidos há 40 anos. Mas isso não transformou o Panamá em uma “neocolônia” do “imperialismo chinês”; pelo contrário, os governos panamenhos e a burguesia local continuam sendo fantoches do im-

perialismo norte-americano. Prova disso é o seu alinhamento internacional na ONU, na OEA e, recentemente, no caso da Venezuela.

Panamá, uma história de luta contra a Doutrina Monroe

O istmo do Panamá foi uma vítima particular da Doutrina Monroe como região estratégica para a passagem entre os oceanos Pacífico e Atlântico. A primeira ocupação do território istmiano ocorreu logo após os Estados Unidos terem roubado do México metade de seu território, incluindo a Califórnia, em 1846. Os americanos construíram uma ferrovia interoceânica no Panamá e, de forma efetiva, o ocuparam militarmente.

No final do século XIX, após a “Guerra de 1898”, na qual os EUA tomaram as últimas colônias da Espanha nas Américas e na Ásia (Cuba, Porto Rico, Filipinas e Guam), o país decidiu construir um canal para permitir que suas forças navais protegessem seus interesses imperialistas em ambos os oceanos. Para isso, separaram o Panamá da Colômbia, por meio de uma invasão simulada, e impuseram um Tratado assinado

em 18 de novembro de 1903, pelo qual entregaram aos Estados Unidos o “direito” de construir, administrar e defender o canal e uma área adjacente (Zona do Canal), que seria controlada como se fosse parte desse país.

Uma das falácias contadas por Donald Trump é que milhares de americanos supostamente foram mortos na construção do canal. Isso é mentira. Embora os engenheiros que construíram o canal fizessem parte do exército dos EUA, a força de trabalho era composta principalmente por trabalhadores do Caribe, incluindo jamaicanos, guadalupenses, etc.

Eles trabalhavam sob um regime racista de “apartheid”, que separava física e socialmente os anglo-saxões brancos das “raças de cor”, inclusive em termos de salários. De acordo com relatórios da própria Comissão do Canal do Istmo, 5.611 trabalhadores morreram durante a construção do canal (1903-1914), dos quais apenas 350 eram cidadãos norte-americanos, o equivalente a 6% do total (La Prensa 16/1/25).

O povo panamenho lutou durante todo o século XX contra o enclave colonial da Zona do Canal e para reverter a administração do canal para

Olmedo Beluche

o Panamá. A demanda pela nacionalização do Canal do Panamá ganhou força depois de 1956, quando o presidente Nasser nacionalizou o Canal de Suez no Egito.

Essas demandas atingiram seu clímax em 9 de janeiro de 1964, quando um grupo de estudantes panamenhos foi à Zona do Canal para exigir que a bandeira nacional fosse hasteada ao lado da bandeira americana como símbolo de soberania sobre esse território. Os estudantes foram atacados pela polícia e pelos habitantes americanos da Zona do Canal. Em resposta, o povo começou a se aglomerar na cerca que dividia a cidade panamenha da cidade americana para fincar bandeiras; as forças armadas dos EUA atiraram contra eles.

Os eventos se transformaram em uma pequena revolução anticolonial que durou três dias, resultando em mais de 20 mortos e 500 feridos no

lado panamenho e na destruição de propriedades americanas. A partir de então, ficou claro que um novo tratado sobre o canal deveria ser negociado para resolver as “causas do conflito”: o fim do enclave do canal, a administração panamenha e a eliminação das bases militares dos EUA. Isso levou à assinatura dos Tratados de 1977 entre o General Omar Torrijos e o Presidente James Carter.

Um canal administrado pelo Panamá desde 2000

Na década de 1980, quando o canal já estava em processo de voltar para as mãos do Panamá, surgiu uma grave crise política e econômica, cuja complexidade incluía a discussão sobre como o Panamá deveria administrar o canal e como os recursos adjacentes, principalmente os portos, deveriam ser usados. Embora Omar Torrijos tivesse prometido dar a ele “o maior uso coletivo

possível”, o setor burguês em torno do general Manuel Noriega queria transformá-lo em uma grande base militar, substituindo os quartéis americanos pelos panamenhos. No entanto, um outro setor da burguesia panamenha discordava e planejava privatizar as áreas revertidas.

A invasão de 1989 permitiu que os Estados Unidos remodelassem o país a seu favor, com a cumplicidade da burguesia panamenha. Em 1994, foi imposta uma reforma constitucional que deu ao canal um Conselho de Administração controlado pela oligarquia financeira e comercial panamenha, excluindo qualquer participação popular nas decisões, embora a Autoridade do Canal do Panamá (ACP) tenha sido definida como uma entidade pública.

As instalações foram transferidas e as bases militares foram desmanteladas a partir de 2000, mas em vez de “entrar no canal”, como Torrijos havia prometido, o povo panamenho foi testemunha passiva do processo de apropriação e privatização de áreas e portos adjacentes. Os dois principais portos, Balboa e Cristobal, foram entregues à empresa Hutchinson Whampoa, sediada em Hong Kong. Outros portos foram entregues a outras empresas com capital estrangeiro e panamenho.

Durante esses anos, houve uma demanda permanente das organizações sociais e populares panamenhas em relação à forma como o canal é administrado, à alocação de seus recursos e à privatização do que antes era a Zona do Canal. Essas demandas foram especialmente fortes em 2007, quando uma dispendiosa expansão das eclusas foi aprovada para permitir a passagem de enor-

O Canal do Panamá rendeu US\$28.232 milhões aos cofres públicos, o que, comparado aos míseros US\$1.879 milhões que o país recebeu de 1914 a 1999, quando estava sob administração dos EUA, mostra que a luta pela soberania produziu resultados concretos

mes navios porta-contêineres.

Apesar disso, o canal é administrado por cerca de 8.500 trabalhadores panamenhos e responde por 6% a 8% do produto interno bruto do país. Em termos absolutos, em 24 anos de administração panamenha, o Canal do Panamá rendeu 28.232 milhões de dólares aos cofres públicos, o que, comparado aos míseros 1.879 milhões de dólares que o país recebeu de 1914 a 1999, quando estava sob administração dos EUA, mostra que a luta pela soberania produziu resultados concretos.

É por isso que, apesar das diferenças internas sobre a administração do canal, as declarações de Donald Trump produziram uma resposta quase unânime da nação panamenha, rejeitando e defendendo o seu canal. Até mesmo o presidente José R. Mulino, um tradicional aliado de direita dos interesses dos EUA, que foi vice-ministro das Relações Exteriores no governo imposto pela invasão de 20 de dezembro de 1989, se viu obrigado a condenar o discurso de Trump.

O governo e a burguesia panamenhos serão incoerentes na defesa do canal

Apesar das declarações altíssimas de Mulino e de outros políticos da burguesia do Panamá em relação a Donald Trump, o povo panamenho deve ser cauteloso, porque historicamente a burguesia e seus políticos têm agido como lacaios do imperialismo ianque. Foi isso que aconteceu em 1903, quando traíram e endossaram o tratado que criou o enclave colonial, e foi assim que agiram durante o século XX em

Cabe a nós atualizar a doutrina da unidade latino-americana promovida pelo Libertador Simón Bolívar diante da modernização da Doutrina Monroe

todos os momentos críticos da história nacional. Basta lembrar a crise da década de 1980 e sua colaboração com as tropas invasoras.

Enquanto Trump não descartou o uso da força militar para retomar o Canal do Panamá, o presidente Mulino se ajoelhou diante dos interesses imperialistas dos EUA, não apenas dando legitimidade ao candidato derrotado nas eleições venezuelanas, o ultradireitista Edmundo González, mas até mesmo se propondo como guardião das supostas “atas”.

Como enfrentar Trump? Unidade latino-americana e mobilização popular

Uma coisa é o que Donald Trump quer fazer e outra é o que ele será capaz de fazer. O projeto da ultradireita imperialista estadunidense visa a aumentar as cadeias e a exploração dos povos do mundo, em particular deste continente. Porque essa é a resposta desesperada à crise do sistema capitalista global. Para isso, eles estão prontos para mergulhar o mundo na guerra, no sangue e no sofrimento. Foi o que demonstraram recentemente no genocídio

contra o povo palestino em Gaza, nas guerras no Oriente Médio e na Ucrânia.

Mas o outro fator da realidade é o povo, a classe trabalhadora e os oprimidos, que não são atores passivos, mas lutam ativamente para defender suas vidas contra o ataque do sistema. Portanto, o resultado final ainda está para ser visto. Trump pode ser derrotado. De fato, em seu governo anterior, ele foi derrotado pelo movimento “Vidas Negras Importam”.

Qualquer tentativa de retomar o canal à força pelos Estados Unidos será enfrentada pelo povo panamenho com firmeza.

Cabe a nós atualizar a doutrina da unidade latino-americana promovida pelo Libertador Simón Bolívar diante da modernização da Doutrina Monroe. No ano de 2026, completam-se 200 anos (1826) de quando Bolívar convocou um Congresso Anfictiônico no Panamá para promover a unidade de nossos países diante das ameaças da Santa Aliança e da Doutrina Monroe norte-americana. É hora de nos reunirmos novamente.

Panamá, 16 de janeiro de 2025.



Gaza: O imperialismo não derrotou a resistência Palestina



Milton Temer

Jornalista, ex-deputado, fundador e membro da Direção Nacional do PSOL.

O Acordo de Cessar-Fogo foi, sem dúvida, mais uma vitória política importante para os palestinos, tendo em vista a sequência de bravatas do governo Netanyahu quanto à liquidação física do Hamas como condição preliminar para qualquer interrupção do genocídio em Gaza, agora estendido a cidades da Cisjordânia.

AS imagens de troca de reféns que correram mundo, com as “reféns” israelenses risonhas, saudáveis e saltitantes, cercadas de forma gentil por militantes armados do Hamas, amplamente apoiados pela população local, ao mesmo tempo em que uma outrora linda Khalida

Jarrar, deputada da Frente Popular de Libertação da Palestina, aparece, depois de 15 meses de prisão, como uma senhora décadas mais idosa, só reforçam a condição de pária que os partidários do colonialismo sionista começam a enfrentar no mundo diplomático internacional. E essa condição de pária isolado, também teve peso na pressão de Trump.

MAS isto não permite concluir que a marchemos para uma paz definitiva, ou mesmo para o estabelecimento de uma Palestina Livre e Soberana, como cenário de um final feliz.

OS SIONISTAS foram levados a aceitar esse recuo por conta da

pressão de seu principal cúmplice no plano internacional, os Estados Unidos. Para o novo agente dos ditames de Wall Street e do complexo industrial-militar ianque, Donald Trump, esse acordo, assim como algo parecido que será imposto a Zelenski, boneco da ventríloqua OTAN, é algo necessário para que seu governo se concentre no que é o ponto fixo de Trump: o embate planetário com o núcleo dos BRICS, a China em particular.

E TAMBÉM para que avance na retomada do Canal do Panamá, que qualifica como propriedade dos Estados, atropelando o acordo em que o Estado panamenho passou a ser o administrador. É fundamental até para seu enfrentamento com a China, que considera como controladora absoluta daquela passagem entre dois oceanos, por empresas chinesas



Khalida Jarrar foi presa por Israel por 15 meses

que administram os principais portos. E não será exagero incluir ainda nessa lista de prioridades a verdadeira compra da Groenlândia, onde os Estados Unidos já têm bases estratégicas, o que é uma preocupação a mais para os principais parceiros na OTAN, por quem Trump não mostra nenhum afeto. Que os europeus a banquem... é a linha do topetudo de Nova Iorque.

NETANYAHU se viu, portanto, obrigado à genuflexão, por não ter condições de se conflitar com quem lhe fornece, anualmente, mais de US\$ 3 bilhões (segundo o próprio Trump, em declaração em seu mandato anterior), a fundo perdido. Repito, a fundo perdido. Seus dois ministros dissidentes, determinados na ocupação total do território Palestino, e do extermínio dos árabes que não aceitem o desterro, Ben Gvir, da Segurança Nacional, e Smorrich, das Finanças, além de mais três de menos expressão, vão tensionar ao máximo para que as fases posteriores do Acordo - principalmente a que determinará o governo de Gaza após sua prometida reconstrução - já deixam claro. Não

aceitam a retirada total das tropas, nem a possibilidade de o Hamas se manter no controle da região.

A questão Palestina se afirma como a grande tragédia da Humanidade, desde a implantação do Estado de Israel, em 1948. Culminava ali uma grande injustiça social e civilizatória, iniciada pela ação colonialista da França e da Inglaterra, no início do Século XX, com o Acordo Syke-Piquot e a Declaração Balfour. O Acordo, pelo acerto entre as duas grandes potências colonialistas sobre o destino dos países árabes após o fim da I Guerra Mundial. Embora prometessem independência caso se levantassem contra o domínio do Império Otomano, foi-lhes imposto uma condição legalizada pela Liga das Nações de se transformarem em subalternos protetorados desses dois impérios.

Já a Declaração Balfour, declaração em que o governo inglês via com olhar positivo a implantação de um Estado Judeu na Palestina, ela marcou a vitória concreta de algo planejado no final do século anterior, por uma obra do judeu austríaco, Theodor Herzl, "O Estado Ju-

deu", onde a ideologia do sionismo era transformada em guia de ação para a ocupação de um suposto "território sem povo", por um "povo sem terra".

Ou seja; era com uma grande falácia inicial que a burguesia judaica, assimilada em seus países, buscava solução para os problemas que lhe era apresentado, com o êxodo propiciado pelo czarismo contra as correntes revolucionárias - populistas e marxistas - no Império Russo.

Esse êxodo, para além de, do ponto de vista religioso, acirrar o antissemitismo religioso, trazia para dentro da colônia judaica o fantasma da luta de classes, tendo em vista que os que chegavam, como revolucionários, eram em grande parte judeus.

Theodor Herzl, com o apoio financeiro do banqueiro inglês judeu, Rothschild, a quem havia sido enviada a Declaração Balfour, consegue ampla adesão à ideia, que também encontra apoio nesses exilados tratados como párias na Europa Ocidental, para a ocupação de uma terra intensamente povoada, onde viviam

Milton Temer

até então, em total harmonia, cristãos e judeus sob hegemonia ampla de muçulmanos.

Damos um salto na História, no período longo, marcado por compra de terras palestinas por entidades sionistas da Europa, e os conflitos que começam se dar por conta da ocupação territorial aí embutida.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a implantação formal do Estado Judaico ficou muito facilitada. Resolvia, na entrega da Palestina aos judeus, e a formação do Estado religioso, o pagamento pelo crime do Holocausto, que a burguesia europeia se sabia cúmplice, pela cobertura que deu, principalmente na Alemanha, na França e na França ocupada, destacadamente, à perseguição, prisão e assassinatos dos resistentes ao nazismo, comunistas e socialistas, principalmente, e ao projeto de extermínio de judeus.

O Povo Palestino pagaria, por eles, os crimes dos quais participaram ou foram cúmplices.

De lá, para cá, entre Intifadas e nefastos acordos de rendição - como o Acordo de Oslo, 1993 - mudanças radicais se deram na forma de resistir daqueles que não foram expatriados após terem sido expulsos de suas casas e sítios agrícolas, pelos colonos europeus que se implantaram no Estado gerado por decreto da ONU.

E no entendimento das mudanças geradas na cúpula política Palestina, simultânea ao consenso colonialista que orientava as lideranças judaicas independentemente de sua visão ideológica, está o caminho para a previsão do que possa vir a partir da assinatura desse Acordo de Cesar-Fogo, com a conseqüente interrupção temporária do genocídio da população civil em Gaza.

Quem poderá resistir, de fato, a uma quebra inevitável desse acordo, tão logo se estabeleça a fase de retirada das tropas de Gaza e do governo que serão então instalado?

O Fatah, partido tido como majo-

ritário na Frente que compõe a OLP, dirigente da Autoridade Palestina consentida por Israel, enfraqueceu muito seu prestígio após a morte de Yasser Arafat. Este, que vinha sendo contestado por conta dos Acordos de Oslo, onde só foram atendidas as condicionantes israelenses - razão, por exemplo, da retirada de quadros importantes de sua direção, como Edward Said - foi sucedido por Mahmoud Abbas. Que, como Autoridade Palestina, apenas se ocupa da segurança interna da Cisjordânia, não para enfrentar os abusos dos postos de controle israelense espalhados pelo território, mas para policiar seu próprio povo quando este se propõe a enfrentamentos mais ousados contra os ocupantes.

No contraponto a essa organização de origem marxista, revolucionária, o Hamas, nascido e financiado por Estados Unidos e Israel exatamente para servir de freio, através de um assistencialismo forte, aos anseios de libertação nacional simultâneos a um Estado socialista, veio se transformando - pelo nacionalismo crescente - numa organização de resistência à ocupação sionista.

COMO se vê, a despeito de uma desproporcional desvantagem logística - Israel é possuidor de um dos maiores arsenais nucleares do planeta - a resiliência admirável do Povo Palestino, para além da incessante solidariedade internacionalista, que se sobrepõe, nas principais potências capitalista, a seus governos sabujos da hegemonia ianque, parece garantir aos palestinos uma infundável capacidade de ousar e de lutar. E a História mostra. Povos que têm tal obstinação e coragem dificilmente são batidos de forma irreversível.

Netanyahu se viu, portanto, obrigado à genuflexão, por não ter condições de se conflitar com quem lhe fornece, anualmente, mais de US\$ 3 bilhões, a fundo perdido.

Ainda Estamos Aqui:

a Ditadura e a Perseguição à Convergência Socialista no Pará



Chico Cavalcante

É jornalista, escritor e consultor político.

A ditadura militar brasileira, que perdurou de 1964 a 1985, é lembrada como um dos períodos mais sombrios da história do país, marcado por censura, repressão política e sistemáticas violações dos direitos humanos. Naquele cenário, organizações de esquerda, como a Convergência Socialista (CS), foram intensamente perseguidas. Um dos episódios mais emblemáticos ocorreu em Belém do Pará, onde oito jovens militantes de esquerda foram presos, processados e julgados por um tribunal militar, com suas vidas inserindo-se em um contexto de resistência cívica que merece ser lembrado.

No final da década de 1970 a mobilização da CS em prol de um no-

vo partido de esquerda despertou a atenção do regime militar, que decidiu intervir, prendendo líderes da organização. Um dia após a I Convenção Nacional da CS, realizada em 20 de agosto de 1978 em São Paulo, 24 militantes, incluindo a maioria do Comitê Executivo, foram detidos, entre eles Nahuel Moreno, dirigente da IV Internacional.

Após mobilizações em todo o Brasil, Moreno foi expulso do país e enviado à Colômbia, evitando uma extradição fatal para a Argentina. No entanto, dez dirigentes da CS permaneceram encarcerados até dezembro, indiciados na Lei de Segurança Nacional.

A polícia política do regime monitorava a CS desde sua origem. Du-

rante o primeiro semestre de 1978, a organização atuava em condições semilegais, o que conferia uma aparente normalidade aos jovens militantes. Motivados pela mobilização operária, decidiram realizar uma convenção e propor a legalização de um novo partido classista.

José Maria de Almeida, o Zé Maria, militante da CS, apresentou, durante o Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo em janeiro de 1979, a moção a favor da criação de um “partido de trabalhadores sem patrões”. Lula, principal líder operário da época, que se opusera à formação de um partido, passou a apoiar a proposta.

O Crescimento da CS em Belém

No início da década de 1980, o Brasil vivia um intenso período de efervescência política. As mobilizações contra o regime militar se intensificaram, impulsionadas por greves

Chico Cavalcante

no ABC paulista e por movimentos estudantis. Em Belém do Pará, a juventude secundarista destacou-se na luta por direitos, especialmente na campanha pela meia-passagem. Em 1981, o GREMPS (Grupo de Resistência dos Estudantes Secundaristas) emergiu como um dos principais articuladores dessas lutas, levando muitos a se unirem à Convergência Socialista.

A CS, com sua inspiração trotskista, rapidamente se tornou relevante em Belém. Através do jornal “Aliança da Juventude Socialista” e da participação em oposições sindicais, o grupo atraiu a atenção da repressão. As ações da CS, que incluíam a organização de greves e campanhas eleitorais — como a candidatura de Bernadete Menezes, a segunda mais votada pelo PT em 1982 — representavam uma ameaça ao status quo local e ao regime. Junto com Francisco (Chico) Cavalcante e Fernando Carneiro, Bernadete fazia parte da direção nacional da CS.

A Invasão da Sede da CS

Fundada em 1978, a Convergência Socialista decidiu expandir suas atividades na Amazônia, atraída pelo dinamismo do movimento estudantil e pela influência do comunismo não-stalinista de Leon Trotski na juventude de vanguarda, especialmente nas universidades.

Inserido nesse caldeirão social, o grupo cresceu. E fez barulho. Assim, em fevereiro de 1983, a sede da Convergência Socialista em Belém foi invadida pela Polícia Federal em uma operação que durou 11 horas. Armados, os agentes detiveram militantes, “ficharam” estudantes e apreenderam materiais de propa-

A Lei de Segurança Nacional foi um instrumento utilizado para silenciar dissidentes e criminalizar organizações que se opunham ao regime militar.

ganda política considerados “subversivos”. A invasão ocorreu em um momento de crescente organização da juventude socialista, que preparava uma reunião para a formação de chapa para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Mais de 50 ativistas foram “fichados”, e 16 militantes da CS foram convocados a depor. Oito deles

findaram indiciados na Lei de Segurança Nacional: Bernadete Menezes, João Batista (Babá), Francisco (Chico) Cavalcante, Fernando Carneiro, Carlos Vinícius Teles, Luziu Horácio, Maristela dos Santos e Conceição (Concha) Menezes. Foram acusados de incitar a subversão da ordem política e organizar partido clandestino, com penas que variavam de 8 a 30 anos de prisão, em um tribunal militar.

Os militantes Francisco (Chico) Cavalcante, funcionário da Editora da UFPA, Conceição (Concha) Menezes e Carlos Vinícius Teles, trabalhadores do setor bancário, foram demitidos logo após a divulgação das acusações.

Monitoramento, Vigilância e Repressão

Diferentemente do que se acredita, a ação da Polícia Federal não foi um episódio isolado, mas resultado de um monitoramento sistemático das atividades políticas na região, que antecedeu a própria fundação da CS no Pará. Relatório confidencial do Serviço Nacional de Informação (SNI), datado de 6 de maio de 1980, descrevia os esforços de militantes comunistas para doutrinar estudantes e utilizar o movimento para fazer pressão política contra o regime, destacando a participação de ativistas de organizações como a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

Entre as lideranças secundaristas citadas, destacam-se Francisco (Chico) Cavalcante, que se tornaria um dos principais dirigentes da CS no Pará, e outros como Rosa Meireles e os irmãos Aldenor Júnior e Raimundo Luís Araújo.

A Resistência e o Contexto Histórico

A Lei de Segurança Nacional foi um instrumento utilizado para silenciar dissidentes e criminalizar organizações que se opunham ao regime militar. Em Belém, a Convergência Socialista não foi a única a sofrer repressão; outras organizações e indivíduos também enfrentaram perseguições.

A Livraria Jinkings, foco de resistência política, foi invadida, os proprietários da Gráfica Suyá, que publicavam o jornal Resistência, foram processados, e líderes religiosos foram expulsos do país.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2011, revelou a extensão da repressão no Norte do Brasil, frequentemente negligenciada nos relatos oficiais. Os relatórios da CNV indicaram que a região amazônica foi palco de perseguições brutais, incluindo torturas e desaparecimentos de militantes. O caso da Convergência Socialista em Belém é emblemático da repressão continuada, que buscava eliminar qualquer resistência.

Apesar das ameaças, os militantes

da CS continuaram sua luta. Durante os dois anos do processo legal, muitos foram vigiados e perderam seus empregos. Contudo, o julgamento em 1984 expôs a fragilidade das acusações. O advogado da Anistia Internacional, Carlos Castro, desmontou a narrativa militar, utilizando a história do Brasil na Segunda Guerra Mundial para legitimar a luta contra a opressão.

Ainda Estou Aqui: A Arte como Ferramenta de Memória

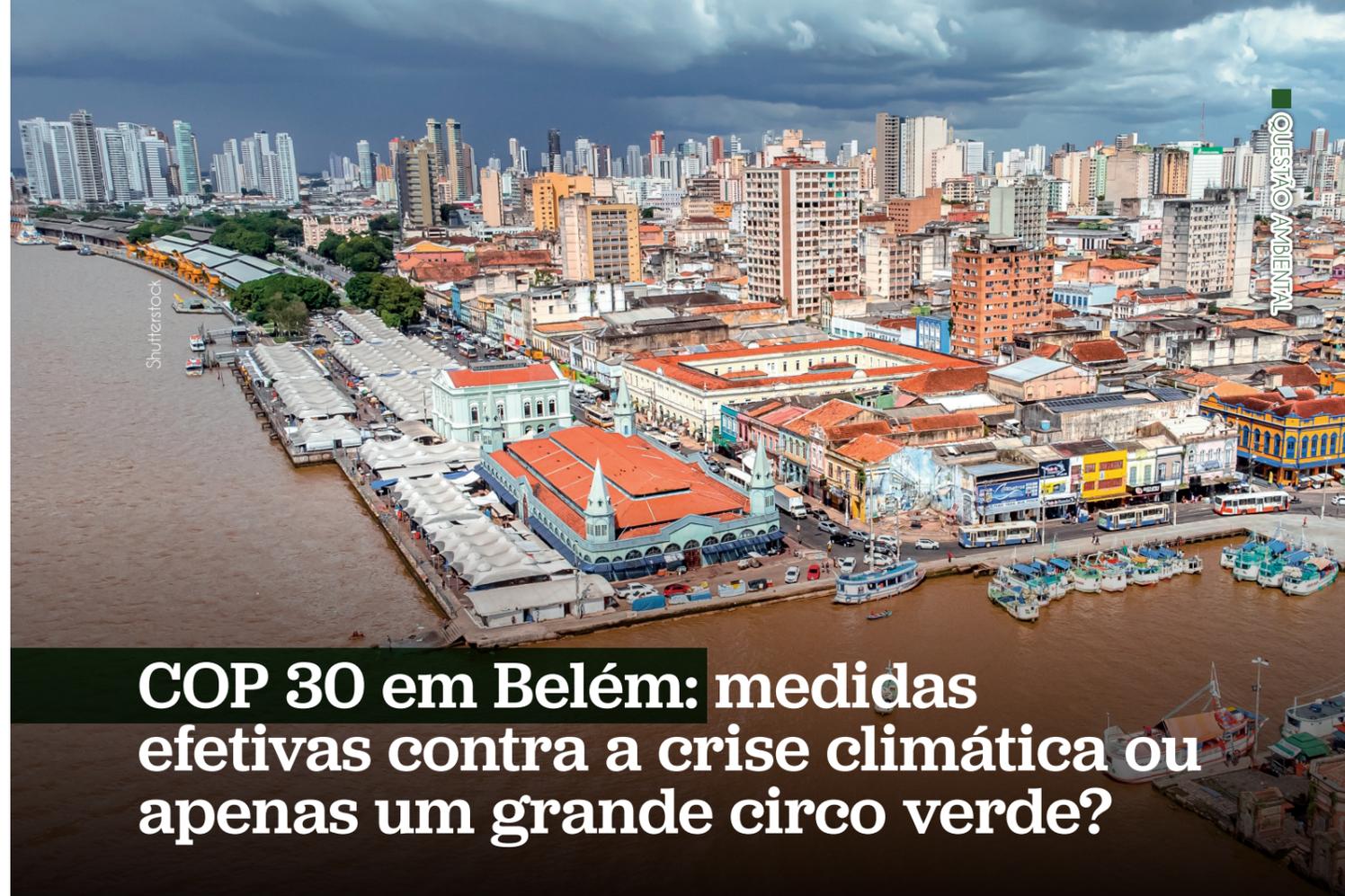
O filme “Ainda Estou Aqui”, premiado nacional e internacionalmente, convida à reflexão sobre o clima de medo e coragem que permeou a ditadura militar no Brasil. Ambientado em um contexto tenso, similar ao vivido pelos militantes da CS, o filme utiliza elementos reais para destacar a importância da memória histórica e manter viva a luta daqueles que enfrentaram o regime.

O Brasil apresenta um atraso significativo na responsabilização das repressões durante a ditadura. Enquanto países como Argentina, Chile e Uruguai condenaram seus

torturadores, o Brasil falha em responsabilizar os autores de crimes cometidos no período militar. Relembrar episódios como a invasão da sede da CS e a prisão de seus militantes em Belém é fundamental para reivindicar justiça e preservar a memória histórica.

A Comissão Nacional da Verdade, ao divulgar seus relatórios, enfatizou que o país deve às vítimas do regime um processo de responsabilização efetiva. As Caravanas da Verdade de 2013 reconheceram a Convergência Socialista como um grupo perseguido pela ditadura, com integrantes submetidos a vigilância, prisão e tortura. Segundo o relatório final da CNV, mais de 400 pessoas foram mortas ou desapareceram durante a ditadura.

O caso da repressão à Convergência Socialista no Pará e o enquadramento de seus militantes é um dentre tantos que não podem cair no esquecimento, para que as antigas e as novas gerações sejam devidamente informadas sobre o que verdadeiramente ocorreu nesse triste período da nossa história e para evitar que se repita.



COP 30 em Belém: medidas efetivas contra a crise climática ou apenas um grande circo verde?



Robério Paulino

Professor da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). Ex-vereador de Natal. Fundador do PSOL.

Há uma grande expectativa sobre o legado que a COP 30, a ser realizada em Belém (PA) em novembro de 2025, durante 15 dias, deixará para a população da cidade e do estado e particularmente quanto às resoluções efetivas para contenção das mudanças climáticas, especialmente depois do fracasso ou dos resultados decepcionantes da COP 29, realizada em Baku, no Azerbaijão, em novembro de 2024. A COP 30 pode virar apenas um gigantesco festival, sem resoluções efetivas para controlar as mudanças climáticas. A “viagem de Baku a Belém” já não foi boa, pois as negociações de lá para

cá pouco avançaram.

Os governos e a população da cidade vivem em grande expectativa. São esperados no mínimo 50.000 visitantes para o encontro, que com certeza vão impulsionar o turismo e a economia do estado durante o evento. Eles sairão encantados com as cores e comidas da Amazônia e poderão voltar no futuro.

Quem conseguir chegar a Belém deverá encontrar uma cidade cheia de encontros diplomáticos de altas autoridades mundiais, com belos - mas falsos - discursos sobre a contenção da ameaça ambiental. A cidade vai virar também uma gran-

de feira de exposições, cheia de estandes de governos municipais e estaduais e de empresas, querendo mostrar serviços ambientais, o que na realidade de fato não fazem na construção de respostas efetivas para a contenção da crise climática. Setores do capital vão se fantasiar de verde, mas depois da COP seguirão com a lógica do seu sistema, que só pensa no lucro.

Por exemplo, o governo do estado do Pará, um dos campeões em desmatamento no país, busca se antecipar aos seus críticos que cobrarão, com certeza, durante os debates, mais do que conversa fiada verde dos governantes. O Pará tinha, em 2023, o segundo maior rebanho bovino do país, com 25 milhões de animais, 10,5% do rebanho nacional, ao custo de ser um dos maiores devastadores da Amazônia, com



desmatamentos e queimadas.

Com certeza a cidade também estará cheia de plenárias e manifestações dos movimentos sociais e ambientais que acorrerão em massa à cidade. Por todo o país, esses movimentos preparam caravanas para irem a Belém cobrar dos governantes mais do que discursos. O problema tem sido conseguir alojamento na cidade, pois a diária de um simples cômodo de um hotel médio já está custando até R\$ 3.000,00. A saída será conseguir alojamentos coletivos em escolas públicas, sindicatos etc.

Espera-se também uma Belém em parte renovada. Para adequá-la ao super evento, o governo federal promete investir R\$ 4,7 bilhões nesse ano nas mais diferentes obras de infraestrutura, incluindo algumas bem básicas, como construção de grandes prédios próprios para abrigar o encontro, aterros, ampliação de ruas, saneamento de esgoto, drenagem de águas pluviais, entre outras ações.

A pergunta nessa direção é: esses avanços serão duradouros e localizados na área do encontro ou beneficiarão também a população pobre do estado? A resposta parece clara e vai na segunda direção. Muitas populações ribeirinhas, que vivem na extrema pobreza a apenas poucas dezenas de quilômetros de Belém, plantadores de açaí, cupuaçu e outros produtos da mata, que serão tão festejadas nas alegres e coloridas excursões de turistas brancos à floresta durante o evento, continuarão depois do encontro sem coisas tão básicas como água tratada, postos de saúde etc.

Já os povos indígenas dizem que



não basta fazer uma COP de 15 dias, construir alguns prédios em Belém com os bilhões do governo federal, beneficiar apenas as construtoras, a rede hoteleira, mas com sua situação continuando a mesma depois do encontro. Eles exigem escolas, postos de saúde, médicos, água tratada nas aldeias, demarcação definitiva de suas terras. Querem fazer parte da repartição do bolo. Afinal, qual será o ganho para eles da “COP da floresta”, como está sendo chamada a COP 30? Se os interesses desses povos não forem levados em conta, poderá ser socialmente nulo.

A questão central que estará em discussão em Belém, no entanto, como esteve em Baku e em outros encontros ambientais internacionais anteriores, é: quem pagará mais pelo custo de contenção das mudanças climáticas? Os países ricos, maiores responsáveis pela crise ambiental, assumirão sua responsabilidade e contribuições financeiras mais elevadas para a contenção delas?

Em Baku, houve um “compromisso”, considerado muito tímido,

Robério Paulino

de contribuição de US\$ 300 bilhões por ano dos países mais ricos, até 2035, para a adaptação climática dos países em desenvolvimento. Esse valor é três vezes superior ao acertado na COP 15, da Dinamarca, em 2009, mas ainda está muito distante dos US\$ 1,3 trilhão/ano até 2035, considerado como o mínimo indispensável para manter o aumento da temperatura dentro do limite de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, como aprovado no Acordo de Paris, em 2015. Além disso, não ficaram claras as parcelas de cada país na divisão desses US\$ 300 bilhões por ano, o que deixa tal compromisso como vago.

Outro ponto em discussão na COP 30 será sobre as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês), isto é, as metas que cada país precisa apresentar quanto à redução de suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEES). Os países europeus, a China, grandes emissores, têm relutado, sido lentos, em assumir compromissos nesta direção. Nesse item, a COP 30 poderá se beneficiar de uma boa coincidência. De acordo com um protocolo da ONU, os países precisam apresentar suas atualizações de NDCs a cada cinco anos. E a próxima revisão precisa ser justamente em 2025, o que pode obrigar os países a chegarem a Belém com esses números.

Como anfitrião do encontro, o Brasil precisará mostrar algum avanço nesta direção. Tem que mostrar que vem fazendo alguma lição de casa. O país é quinto maior emissor de GEES do planeta. Tem o maior rebanho bovino do mundo, com 240 milhões de cabeças, 1/5

Há outro fantasma que vai pairar e pode esvaziar a COP 30: o papel, o possível boicote e a atitude negacionista de Trump na questão climática.

do rebanho mundial, que emitem centenas de milhares de GEES por ano. Pelo mau uso do solo, o país é também o maior emissor de gases por queimadas, a maior fonte de emissão do país. Já possui também uma frota de mais de 100 milhões de veículos automotores.

Sabendo que será mais cobrado na COP 30 e para poder ter algum protagonismo em um encontro realizado em seu próprio território, o país se adiantou e divulgou recentemente uma NDC mais ousada. Na última, em 2020, apresentou uma meta de reduzir suas emissões em 53,1% até 2030, com base nos patamares

de 2005. Vai chegar a Belém com um novo compromisso, de redução entre 59% e 67%. Mas sabemos que o papel aceita que se escreva tudo. Já cumprir essas metas é outra história. Veremos nos próximos anos.

Há outro fantasma que vai pairar e pode esvaziar a COP 30: o papel, o possível boicote e a atitude negacionista de Trump na questão climática. Como maior produtor de combustíveis fósseis do mundo, os EUA só perdem para a China em emissões de GEES. Com Joe Biden, havia um compromisso de NDC entre 33% e 50% até 2035. Dificilmente os EUA vão chegar a Belém com uma meta superior ou mesmo igual a essa. Isso se Trump não debochar da COP 30.

A conclusão de tudo o que dissemos aqui é que a COP Belém estará dividida entre duas questões centrais. Primeiro, se será apenas um grande festival turístico, com grandes transatlânticos de luxo às portas de Belém, deixando algum saldo para a cidade em termos de infraestrutura e bons lucros para as construtoras e a rede hoteleira, ou se vai mudar em algo a realidade de pobreza e miséria do povo paraense, da população ribeirinha e dos povos indígenas.

Em segundo, se aprovará medidas efetivas contra as mudanças climáticas, com compromissos efetivos e mais elevados dos países ricos de custear o controle da crise ambiental e de reduzir suas emissões de GEES ou se o encontro se transformará apenas em um palco para belos discursos dos governantes. Sem avançar de fato nessas duas questões, a COP de Belém poderá se transformar apenas em um grande circo de lona verde.

Por todo o país, esses movimentos preparam caravanas para irem a Belém cobrar dos governantes mais do que discursos.

Manifesto do Fortalecer o PSOL apresentado no FÓRUM PAN-AMAZÔNICO

AQUECIMENTO GLOBAL: Só uma política anticapitalista pode salvar a Amazônia

Reinundo Paccó

Amazonizar o Brasil e o mundo ou colapsar, eis a bifurcação histórica diante de nós! É o decênio decisivo para a humanidade, derrotar Bolsonaro não foi uma tarefa de nível nacional, mas planetária. O ecocida ampliou o desmatamento da Amazônia em 78%, colocando em grave risco um bioma que já perdeu 870 mil km² de sua floresta primária, e que tem mais de 1 milhão de km² de floresta em estado considerável de degradação. Tudo isso nos colocou numa emboscada contra a vida na terra, o chamado “ponto de não retorno”: se o avanço contra o coração da floresta continuar, podemos ter a certeza de que será irreversível o processo que tornará Savana a Floresta tropical Amazônica. Hoje

**Derrotar
Bolsonaro
não foi uma
tarefa de nível
nacional, mas
planetária.
O ecocida
ampliou o
desmatamento
da Amazônia
em 78%**

ainda temos a dúvida se já transgredimos esse limiar, mas temos a certeza de que salvar a Amazônia é também salvar a capacidade de felicidade radical para a nossa classe nesse planeta. Brasil e Bolívia concentram 90% do desmatamento de nossa floresta que, se degradada a ponto de virar Savana, será responsável pelo aumento do aquecimento global em pelo menos 0.1° C. É por isso que nós Ecosocialistas temos a missão histórica de consertar os problemas que o Capitalismo criou, reerguendo e mantendo nossa “floresta em pé”. São muitos os pontos de estresse da floresta e para muito além do desmatamento. Um deles é o garimpo, prática que tornou possível o primeiro Sistema-mundial por

Fortalecer o PSOL

conta do primeiro dinheiro mundial: a prata. Assim, a Europa saiu da decadência e nos colocou como periferia do Capitalismo nascente. A prática passou para bandeirantes e até hoje não parou: a mineração ilegal cresceu 1217% nos últimos 35 anos. A destruição, poluição e contaminação só aumentaram em escala. Assim, a mega mineração e a extração de petróleo e gás na Amazônia consolidaram novas dependências como a relação com a China. O extrativismo se expande das mais diferentes maneiras, criando novas formas de exploração dos humanos e da natureza que podem resultar em iminentes novas doenças zoonóticas a se somar à dengue e malária por exemplo. Uma das fronteiras em expansão é a do dendê para, principalmente, energia de biomassa. O dendê avança contra a floresta e seu monocultivo carrega ligações com a dispersão do Ebola na África e pode tornar a Amazônia fonte de epidemias e pandemias. É bom lembrar: o Capitalismo Ecocida fez com que 75% das doenças que nos afetam sejam originadas dos animais e da exploração da natureza. Outro estresse mortal contra a floresta e os amazônidas é a água. As secas são mais frequentes por conta da mortalidade de árvores. Hoje as árvores amazônicas lançam mais água na atmosfera (20 bilhões de toneladas) do que o próprio rio Amazonas lança no Oceano Atlântico (17 bilhões de toneladas). A floresta de maior reserva de água doce superficial do mundo, observa seus filhos não terem água tratada para beber. Com as privatizações da água por grandes corporações, como no caso de Manaus os amazônidas sofrem com a ausência

de investimentos na gestão de resíduos sólidos que contaminam igarapés. Outro fator preocupante está relacionado ao roubo de água doce pelos navios petroleiros que se abastecem de cargas com água para beneficiar seus países. Destacamos também a contaminação das águas do rio Madeira em decorrência da aplicação de mercúrio, contaminando os peixes, culminando com a doença da urina preta a qual levou dezenas de amazonenses a óbito. Salvar a Amazônia é também matar nossa sede de justiça! Tudo isso constitui um cenário de guerra civil e transnacional na região, algo simbolizado pela luta dos mártires Dom e Bruno, que se juntaram a Chico Mendes, Irmã Dorothy, Oziel Alves e tantos camponeses, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, fornecedoras de urucum e indígenas que mostraram que são comuns a luta do verde do meio ambiente e a luta vermelha dos trabalhadores. Nessa guerra pela vida é preciso ter unicidade entre seres humanos e não humanos, oprimidos e natureza,

para superar o sistema colonial extrativista. O Ecosocialismo e o Bem Viver em comunidade, só serão possíveis para além do neoeextrativismo capitalista. Por uma Amazônia pós-extrativista. De forma curta, o Capitalismo é um sistema que opera sob o oposto da lógica da reciprocidade: extrai sempre muito mais do que devolve, seja dos trabalhadores por meio da mais-valia, seja da natureza por meio do extrativismo. Esse é o processo de esgotamento que jogou a Amazônia sob o risco do ponto de não retorno. Para recuperar esse estrago será preciso criar um sistema fundamentado em reciprocidade entre humanos e natureza, como as cosmovisões indígenas defendem. Entendemos que esse é o ponto central de nossa Conferência. Regimes econômicos de superexploração de humanos, dependem necessariamente da superexploração da terra na criação de riqueza para a acumulação. Por isso, a efetiva socialização dos meios de produção é fundamental na luta por uma Amazônia que responda aos

**Nós Ecosocialistas temos
a missão histórica de
consertar os problemas
que o Capitalismo criou,
reerguendo e mantendo
nossa “floresta em pé”**

interesses de seus povos. Isso já ocorre em certa medida na produção de alimentos do Brasil, mas precisa ser expandido. A associação solidária e agricultura familiar já produzem cerca de 70% de nossos alimentos. Esse modelo deve ser expandido e fortalecido nas bordas da Amazônia por meio de uma reforma agrária agroecológica: A agrofloresta pode regenerar esse bioma produzindo comida. As terras na Amazônia precisam ter um caráter público e social, sendo limitado o direito de uso por família a 400 hectares, onde a preservação deve ser de 80% em reserva legal, desta forma amazonizaremos o desejo da mãe terra em promover a vida de forma sustentável. O Estado deve fortalecer e financiar cooperativas de trabalhadores indígenas e não indígenas que queiram produzir de forma sustentável, preconizando a agroecologia e a produção de alimentos saudáveis, essenciais à vida dos amazônidas. A utilização de parte de nossas áreas degradadas possibilitará uma inclusão produtiva de milhões de pessoas. Esse modelo de produção deve estar assentado em um projeto pós-extrativista para os amazônidas. Aqui é fundamental a vedação a benefícios fiscais do Estado a pessoas físicas e jurídicas condenadas por crimes ambientais como as transnacionais extrativistas, devemos reorientar a aplicação dos recursos para projetos sustentáveis que atendam a classe trabalhadora. Nossa constituição, assim como a do Equador, deve reconhecer a natureza como sujeito de direitos e também o princípio da plurinacionalidade para as nações indígenas. O Brasil deve ser um polo de alternati-

Dom e Bruno, que se juntaram a Chico Mendes, Irmã Dorothy, Oziel Alves e tantos camponeses, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, fornecedoras de urucum e indígenas que mostraram que são comuns a luta do verde do meio ambiente e a luta vermelha dos trabalhadores

vas para além da ideia colonial desenvolvimentista, declarando uma moratória do Petróleo e gás na região amazônica, a despeito das declarações de exploração petrolífera na região já indicadas pelo novo presidente da Petrobras. Alternativas sistêmicas ao extrativismo como a tentativa da moratória petrolífera do parque Yasuni ITT no Equador, vencida pela investida chinesa, devem ser revigoradas para um real projeto do Bem Viver, da Agroecologia e do Ecosocialismo. Amazonizar é ir além da ideia colonial de crescimento capitalista! Amazonizar o planeta. Quando nos propomos um novo conceito estético, a exemplo do Amazonizar, é fundamental tentar compreender qual sua perspectiva revolucionária na superação da lógica persistente de colonialidade que se projeta sobre os 6,7 milhões de Km² da região que formam a diversidade cultural, ambiental, econômica e social da Amazônia. Essa pluralidade é consolidada por uma prospectiva revolucionária herdada dos Cabanos, Yanomamis, Ashaninkas, Marajoaras entre outras tantas representações do povo, nos 9 países, que sustentam a milenar luta dos povos originários. Amazonizar nossos corações exige a superação da lógica de exploração extrativista. Consequentemente impõe ao PSOL a defesa aberta da condenação da conciliação de classe, espaço predatório da fauna, flora e povos da Amazônia. Não podemos perpetuar neste território de Makunai'mi, Ajuricaba e Jaider Esbell a posse privada da terra. Preconizar a defesa da Amazônia vai muito além da defesa da floresta em pé, ou mesmo da demarcação de nossos territórios indí-

Fortalecer o PSOL

genas e quilombolas. Essa luta deve ter uma dimensão de combate ao colonialismo do saber e do poder, deve ir além dos medidores do bem-estar do capitalismo com o PIB, para abranger o bem-estar de todos os modos de vida e da floresta. Queremos ser protagonistas de nosso destino. Por isso, fundamentalmente os povos da Amazônia devem ser visibilizados no processo político brasileiro, de forma que nos permita, com o protagonismo local, uma gestão ambientalmente sustentável, um olhar que preconize o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões. Consolidar caminhos de uma nova Amazônia, um território de múltiplas culturas, as quais podem consolidar a defesa do meio ambiente e a geração de sustentabilidade familiar e social. Amazonizar o planeta é decretar um ponto de não retorno, - não à floresta -, mas a lógica destruidora do sistema-mundial capitalista. Tornar a Amazônia um modelo de regeneração socioambiental solidário, ecológico e redistributivo é uma tarefa revolucionária e planetária.

31 Propostas pós-extrativistas para a Amazônia:

- 1) Constitucionalizar os direitos da natureza e os princípios de autonomia plurinacional das nações indígenas, garantindo que possam aprender sua própria língua e cultura por meio da educação pública;
- 2) Proibir intervenções em territórios indígenas sem a consulta prévia da comunidade originária residente;
- 3) Garantir que pelo menos 10% da meta de reflorestamento da Amazônia se dê por meio de agroflores-

o Capitalismo é um sistema que opera sob o oposto da lógica da reciprocidade: extrai sempre muito mais do que devolve, seja dos trabalhadores por meio da mais-valia, seja da natureza por meio do extrativismo.



Bruno Peres/Agência Brasil

resses do turismo;

9) Restringir a pesca comercial de grande porte nos rios da Amazônia;

10) Restringir novas autorizações de derrubada de floresta na Amazônia por parte do IBAMA e outros entes do sistema nacional de meio ambiente; vedando a construção de novas hidrelétricas na região e impulsionando uma política de transição popular de energia solar;

11) Ampliação dos investimentos na educação básica e superior, na perspectiva da Educação do Campo, garantindo metodologias e práticas que possibilitem o respeito às especificidades existentes na vida das comunidades e nos limites impostos pelo campo, floresta e águas;

12) Fortalecer as ações do SUS com a definição de incentivo financeiro aos trabalhadores que se fixarem em localidades abaixo de 50.000 habitantes, comunidades indígenas, ribeirinhos e quilombolas;

13) Criar uma política de consolidação da produção de peixes ornamentais, potencializando as populações ribeirinhas exploradas neste ramo comercial.

14) Garantir moradia popular a todas as pessoas da Amazônia. Nenhuma pessoa sem casa, sendo o imóvel um bem público de usufruto da família;

15) Incentivo ao desenvolvimento de ciência e desenvolvimento tecnológico principalmente nas áreas de química, farmacologia e cosméticos, a ser implementado nas universidades da Amazônia, com a criação de centros de pesquisa e fortalecimentos dos já existentes;

16) Garantir a criação de um fundo de proteção ambiental a incidir sobre as operações das mineradoras para financiamento de projetos de desenvolvimento humano na Amazônia e reparação ante as consequências dos crimes ambientais; não sendo concedida mais nenhuma autorização de mineração na Amazônia nos próximos 15 anos;

17) Fortalecer políticas públicas e garantias de direitos constitucionais aos povos indígenas e quilombolas que protegem a biodiversidade e uma importante riqueza imaterial de nossos povos;

18) Ampliar a integração da Amazônia, consolidando políticas públicas que promova o desenvolvimento de eventos esportivos, culturais e educativos;

19) Garantir linhas de crédito específica para criação e financiamentos de pequenas agroindústrias constituídas de trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas e ribeirinhos; bem como de cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras;

20) Garantir o selo produto produzido na Amazônia, promovendo a emissão de certificados sanitários de forma coletivizada aos produtores de assentamentos, áreas indígenas, quilombolas, mulheres e ribeirinhos;

21) Destinar 50% das terras degradadas na Amazônia ao desenvolvimento da agrofloresta, agricultura familiar e reflorestamento dos outros 50%;

22) Potencializar o desenvolvimento do turismo de base comunitária, esporte e cultura na região amazônica, promovendo uma cadeia de geração de emprego e renda, tendo como centro o protagonismo local e a classe trabalhadora;

23) Suspender autorização para ampliação das áreas de plantação de grãos e criação de gado na Amazônia;

24) Suspender os investimentos em produção de energia de biomassa a base de óleos vegetais e madeira, a exemplo da OXE operacionalizada pela XP Investimentos e fundos holandeses e suíços, redirecionando as plantas já existentes para outros modelos de produção de plantas nativas;

25) Implementar uma política eficiente da gestão de resíduos sólidos na Amazônia;

26) Combater o crime organizado na Amazônia, fortalecendo as ações das polícias e das forças armadas, além de promover a integração comunitária, para evitar a reprodução do quadro da TI Yanomami em outros territórios;

27) Regulamentar os tipos de agrotóxicos, fertilizantes e demais insumos químicos a serem usados na Amazônia, vedando o uso de avião para borrifração;

28) Reordenar a garantia do §5, artigo 12, da Lei 12.651/2012 que garante a redução da reserva legal em área de floresta de 80% para 50%, quando a unidade federativa possui 65% de seu território com unidades de conservação e terras indígenas homologadas. Ocorre que para observação desta autorização é fundamental que os percentuais tenham relação com biomas idênticos. Não é possível que um território indígena em áreas de lavrado justifique o desflorestamento de reservas legais em área de mata;

29) Monitorar, qualificar e efetivar programas e políticas públicas específicas de proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a criança, idosos e a comunidade LGBTQI+ em situação de violência e vulnerabilidade na Amazônia;

30) Possibilitar a integração de discentes e docentes dos IFES dos países da bacia amazônica para promover uma maior potencialidade na formulação de conhecimento e diversificação das linhas de pesquisa. Criando a Universidade Aberta da Amazônia, uma ação dos 9 países da região.

31) Garantir que empresários com condenações por crimes ambientais, administrativos e fiscais não possam ter acesso a políticas de incentivos do governo federal e demais entes federados, respondendo os gestores por crime contra a administração pública.

Este Manifesto foi apresentado no FORUM PAN-AMAZÔNICO de 05/2023, pela delegação do Fortalecer o PSOL.

Um laboratório busca nas origens do fascismo elementos para entender a extrema direita atual



Marcelo Dornelles Coelho

Jornalista do quadro da TVE-RS e integrante do grupo Laboratório



Rogério Viola Coelho

Advogado trabalhista e organizador do grupo Laboratório

Durante dois anos (2023 e 2024), dirigentes estaduais do PSOL do Rio Grande do Sul, advogados e jornalistas de esquerda se debruçaram sobre o conflito entre Neofascismo e Democracia. O Grupo Laboratório adotou uma metodologia peculiar para estudar o tema. Um processo que teve como objetivo elucidar o que no passado ajuda a entender a inquietante atualidade.

Os integrantes do grupo analisaram o que sete autores disseram sobre o fenômeno original que se configurou há aproximadamente um século, primeiro na Itália, e depois em vários países. Foram eles: a advogada, ativista e parlamentar comunista alemã, Clara Zetkin, o intelectual italiano e dirigente do PCI, Antônio Gramsci, o jurista soviético Evgeni Pachukanis, o sociólogo húngaro Karl Polanyi, o líder ucraniano da Revolução Russa, teórico marxista e organizador do Exército Vermelho, Leon Trotsky, o filósofo alemão Theodor Adorno e a filósofa e economista italiana Clara

Conseguimos sistematizar algumas ideias que podem contribuir para avanços teóricos em um contexto de impasses e dúvidas que perturbam as forças progressistas

Mattei, esta a única contemporânea entre os pensadores e agentes políticos (re) visitados.

Cada elaboração rendeu um ensaio. Um livro deve reunir os sete textos. O projeto é debatido com uma editora e poderá receber aprovação no primeiro trimestre de 2025. As

categorias e as linhas de raciocínio utilizadas por cada um dos intelectuais, que propiciaram as reflexões, abriram caminhos para a formulação de hipóteses acerca dos rumos possíveis do embate entre a esquerda e a extrema direita no Brasil.

O modelo instaurado com a ditadura militar estabeleceu bases para o crescimento da ideologia ultraracionária? Uma frente única de social-democratas e revolucionários socialistas se faz necessária? Será possível a luta pela hegemonia a partir de um programa comum? A mentalidade autoritária sempre estará presente em segmentos amplos da nação? O bolsonarismo preserva a essência do nazifascismo? Evidentemente, nenhum dos membros do grupo tem a pretensão de encontrar respostas definitivas para estas e outras questões.

No entanto, acreditamos que conseguimos sistematizar algumas ideias que podem contribuir para avanços teóricos em um contexto de impasses e dúvidas que perturbam as forças progressistas. Há, por certo, elementos importantes na crise vivida pela humanidade na primeira metade do Século XX que ressurgiram agora, em formas muito diferentes. Os sete ensaios vão estabelecer nexos – em maior ou menor grau – daqueles fatores com a realidade deste milênio em que até mesmo a salvação do planeta como lugar habitável está em jogo.

Fortaleça as iniciativas, movimentos e organização da nossa classe!



Adquira e leia nossas contribuições



Ocupe as redes!

Fortalecer o PSOL
fortaleceropsol.com.br
[fortalecer_psol](https://www.instagram.com/fortalecer_psol)
[fortalecer.psol](https://www.facebook.com/fortalecer.psol)



PSOL nas redes
linktr.ee/psolnasredes



Glauber Braga
 Deputado Federal
 PSOL/RJ
linktr.ee/glauberbraga



Luiza Erundina
 Deputada Federal
 PSOL/SP
linktr.ee/luizaerundina



Débora Camilo
 Vereadora do PSOL
 em Santos/SP
linktr.ee/deborapsol



Ocupe
 Juventude Socialista
linktr.ee/ocupe_br



Ajude e apoie a imprensa alternativa

R\$100	R\$200	R\$20
Anual	Colaboração	Unitário



Entre em contato para garantir a sua assinatura ou sua edição da **Linha Vermelha**

fortaleceropsolrs.com.br/revista



março das **MULHERES**

Você tem que
agir como se
fosse possível
transformar
radicalmente
o mundo e
você tem que
fazer isso o
tempo todo.

- **Angela Davis**





CESSAR-FOGO JÁ!

PALESTINA

**LIVRE DO RIO
AO MAR**

LINHA

VERMELHA

anticapitalista, antifascista e ecossocialista